

MULHERES À FRENTE: CAMINHOS PARA A VISIBILIDADE DA AGENDA INDÍGENA NO BRASIL.

Ana Euler¹; Ana Faulhaber² e Camila Moreira³

Conselheiras: Izabella Texeira e Luciana Temer.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nosso profundo agradecimento a essas mulheres incríveis: Nara Baré, Eclêmilda Macial Silva, Simone Karipuna, Luene Karipuna, Ariane Karipuna, Renata Lod, Edna Shanenawa, Maria Leonice Tupari, Edna Yawanawa, Laura Yawanawa, Francisca Arara. Sem a confiança e o interesse de vocês, não teria sido possível. Também à Deputada Joênia Wapichana e sua assessora Muriel Suragoussi, pela abertura, incentivo e colaboração nos momentos iniciais de concepção do projeto. Ousamos tratar deste tema, complexo e desconhecido, pois acreditamos que estamos em um momento oportuno para darmos as mãos, mulheres BRASILEIRAS de todas as etnias e origens.

1. APRESENTAÇÃO

A ideia deste trabalho surgiu logo no primeiro módulo do curso de formação de lideranças femininas da Universidade de Columbia, quando foi abordado o tema Mulher e Liderança. Os dados apresentavam a realidade nacional e internacional, mas sem nenhuma menção ou informação sobre as mulheres indígenas, esse grupo minoritário, mas não menos importante, de nossa sociedade. Por outro lado, o movimento indígena teve uma conquista histórica com a posse, em 2019, da primeira mulher indígena eleita Deputada Federal no Brasil, a advogada Joênia

Wapichana, pelo estado de Roraima. Ainda no processo eleitoral de 2018, tivemos a primeira indígena candidata a vice-presidência da república, Sra. Sônia Guajajara.

Além disso, a Amazônia e os territórios indígenas têm dominado os noticiários nacional e internacionalmente, devido ao aumento das queimadas, do desmatamento e das invasões de terras, com seguidas ameaças aos direitos e soberania desses povos.

Dito isso, nosso ponto de partida foi buscar aproximação e diálogo com o Gabinete da Deputada Joênia Wapichana, que recepcionou de forma positiva a nossa proposta de dar voz e visibilidade às mulheres indígenas, com apoio à agenda de seu mandato.

Considerando o atual contexto político nacional e sua base de apoio⁴ e de oposição⁵ com peso hegemônico no Congresso Nacional, entendemos como tema prioritário a proposição de instrumentos para a efetiva implementação da Convenção 169 da OIT quanto ao direito à autodeterminação dos povos indígenas e a consulta livre, prévia e informada em todos os atos que tenham impacto direto em seus territórios e modos de vida.

Também consultamos a representação da UN Mulher no Brasil, para compreender de que forma nosso trabalho poderia colaborar com a agenda brasileira de implementação do ODS 5, e entendemos que esse trabalho poderá colaborar no processo de revisão do Plano de Ação da Plataforma de Pequim sobre igualdade de gênero e os direitos humanos de mulheres e meninas, que acontecerá em 2020.

Dessa forma, este projeto se propõe a focar na questão de gênero dando voz e visibilidade às mulheres indígenas, para que possam expressar sua opinião e visão sobre as políticas existentes, o processo de consulta, desafios e propostas, a fim de alcançar maior participação e garantia dos seus direitos, a partir da perspectiva de lideranças jovens e experientes que integram o movimento indígena no Brasil. Ao final, apresentaremos uma proposta de ação.

(1) Pesquisadora A - Manejo de recursos naturais, PhD em Ciências Ambientais e Florestais pela Yokohama National University Assessora de Cooperação e Relações Internacionais. Embrapa Amapá. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);

(2) Diretora Adjunta da Escola de Gestão Penitenciária - RJ;

(3) Assessora no Laboratório de Aceleração de Eficiência Pública (LAEP), na Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

(4) Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, tem um total de 248 parlamentares, sendo 219 deputados e 29 senadores.

(5) Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), conhecida popularmente como "bancada ruralista"

2. INTRODUÇÃO

Existem aproximadamente 305 grupos no Brasil que se identificam como povos indígenas, falando mais de 274 idiomas diferentes. Apesar de representarem apenas 0,43% da população, os povos indígenas estão presentes em 80% dos municípios brasileiros. Segundo o último censo nacional de 2010 (IBGE, 2010) vivem no Brasil aproximadamente 818 mil indígenas, sendo 448 mil mulheres, e a população segue crescendo.

Além disso, a FUNAI identifica a presença de 26 grupos de indígenas isolados. A Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), afirma serem mais de 100 grupos em isolamento voluntário na região amazônica, sem que exista um marco regulatório específico que proteja esses grupos, considerados altamente ameaçados (VAZ, 2019).

A Constituição Brasileira de 1988 contém algumas disposições exemplares para a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. O reconhecimento é concedido à diversidade cultural do país e dois artigos na Constituição tratam dos direitos dos povos indígenas.

No artigo 231 da referida Carta Magna, fica estabelecido que os indígenas têm “sua organização social, costumes, idiomas, credos e tradições reconhecidos, bem como seus direitos originais às terras que tradicionalmente ocupam”. Também oferece proteção a esses direitos, especialmente em relação à exploração de recursos naturais em terras indígenas; protege os povos indígenas contra a desapropriação ou remoção forçada de suas terras; e impõe à União a obrigação de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas e “proteger e garantir o respeito de todos os seus bens”.

Já o artigo 232 proporciona aos povos indígenas e suas organizações legitimidade para defender seus direitos e autoriza o Ministério Público a intervir em nome dos povos indígenas em todos os casos pertinentes. Segundo a Relatora Especial da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas em sua missão ao Brasil, “os povos indígenas como um todo estão em desvantagem econômica e em termos de acesso ao poder político em relação à grande maioria da sociedade brasileira”. Ela enfatiza que a situação das crianças, jovens e mulheres indígenas, especialmente em relação às taxas alarmantes de suicídios nessas comunidades, estão ligadas à crescente violência contra as mulheres indígenas e à adoção ilegal de crianças indígenas.

Outra questão apresentada no Relatório é a necessidade de criar mecanismos de proteção aos defensores de direitos humanos – incluindo lideranças indígenas – com a articulação de diversas instâncias governamentais. Sinalizou-se, no documento apresentado, a dificuldade na produção de políticas e programas adequados a essas comunidades, indicando a falta de engajamento de alguns governos estaduais.

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho foi promulgada no Brasil através do Decreto

nº 5.051, de 19 de abril de 2004, dispondo em seu artigo 2º sobre a responsabilidade, por parte dos governos, em desenvolver, através de mecanismos de participação, uma ação coordenada e sistemática a fim de proteger os direitos e garantir a integridade dos povos. O mesmo Decreto estabelece que “os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens e mulheres desses povos”. Porém, ao mesmo tempo em que se assume a responsabilidade pela garantia de acesso aos direitos previstos em diferentes normas às comunidades indígenas, carecem instrumentos para sua efetividade, seja pela ausência de mecanismos de participação, por falta de compromisso político e engajamento/ fortalecimento dessas instâncias, ou mesmo pela ausência de instrumentos capazes de diagnosticar de forma clara a situação desses povos.

Se a questão indígena no Brasil é sensível a diversos interesses tanto de ordem política como econômica, alguns movimentos ousam alcançar o protagonismo da agenda. Logo, na contramão surgem grupos de interesse com o objetivo de resgatar a cultura, valorizar as tradições e dar visibilidade ao movimento. Por meio de representantes que atuam de maneira organizada buscam além da criação de espaços, a abertura do diálogo como forma de atrair a atenção para o tema.

3. LEGISLAÇÕES: SUAS ESPECIFICIDADES E ABRANGÊNCIA DE GÊNERO

Na atualidade, os povos indígenas ainda sofrem grandes violações dos seus direitos e de suas dignidades. Por este motivo, algumas legislações nacionais e internacionais foram criadas a fim de protegê-los de tais violações. Para garantir seus direitos individuais e coletivos, reafirmar suas identidades, autonomia de ser, proteção ao território, visando reverter ou minimizar os danos sofridos, os povos indígenas passaram a se organizar e constituir lideranças representativas.

A primeira Constituição Republicana, publicada em 1891, não abarcou especificamente os povos indígenas que aqui viviam, e transferiu para os poderes estaduais o controle e as decisões sobre as terras devolutas, sendo omissas as terras dos indígenas.

Após a primeira Constituição, todas as demais reconheceram aos indígenas o domínio sobre os territórios por eles habitados, mas não protegeram os demais direitos dos povos indígenas, exceto a Constituição vigente, promulgada em 1988.

A primeira legislação ordinária da república federativa, criada para regular a situação jurídica dos indígenas ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional, buscando proteger os seus direitos, foi o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19

de dezembro de 1973), que dispôs sobre: princípios, dentre eles a garantia de permanência voluntária no seu habitat; respeito e condições para o seu desenvolvimento; assistência; definições; direitos civis e políticos, como assistência e tutela; registro civil; condições de trabalho; terras e áreas reservadas; bens e renda do patrimônio indígena; educação, cultura e saúde; normas penais.

Vale ressaltar que, apesar do Estatuto do Índio ter sido bastante importante, porque deu visibilidade e concedeu inúmeros direitos à população indígena, é importante observar que o art.2, VII, delibera que os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas (políticas públicas) devem ser executados, sempre que possível, mediante a colaboração dos indígenas. No entanto, fica claro que nessa época os mesmos não eram consultados sobre a confecção de tais programas e projetos, ou seja, o que tínhamos eram políticas feitas pelo homem branco para o homem indígena.

A Constituição Federal de 1988 marcou juridicamente a proteção dos direitos dos povos indígenas, determinando o direito à diferença, quando no art. 231 reconheceu os costumes, a organização social, suas línguas, crenças e tradições e o direito à terra de forma originária (anterior ao próprio estado) sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

No texto constitucional vigente, outros dispositivos também referem-se aos indígenas, a exemplo: é atribuição do Ministério Público Federal de defender judicialmente os direitos indígenas (art.129, V); é competência exclusiva da União legislar sobre a população indígena (art.22, XIV); cabe aos juízes federais processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas (art. 109, XI); os Estados devem proteger as manifestações das culturas populares, inclusive indígenas (art.215,§1); o respeito a utilização de processos próprios de aprendizagem e de suas línguas maternas (art.210§2).

No âmbito internacional, a Organização Internacional do Trabalho adotou, em 1957, através do Convênio 107, proposições de caráter obrigatório sobre populações indígenas e tribais. Em 20 de junho de 2002 foi ratificada pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº143 e promulgada através do Decreto 5.051 de 19 de abril de 2004 a Convenção 169 sobre Povos Indígenas ou Tribais em Países Independentes, que substituiu a Convenção 107.

A Convenção 169 contempla diversos direitos, dentre eles: a identidade, a cultura, a integridade física, a religião, a educação, a participação em processos decisórios, trabalho, terras, recursos e desenvolvimento, proteção ao meio ambiente e a propriedade intelectual.

O direito a consulta prévia é previsto na Convenção e no Decreto que a promulgou, devendo os governos consultar mediante procedimentos apropriados através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam

concernentes de forma livre, devendo ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

Em 1995, foi aprovada a Declaração e Plataforma de Pequim, na Quarta conferência Mundial sobre a Mulher, identificando doze áreas de preocupação prioritária, sendo elas: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina.

No ano de 2007, países se reuniram em Assembleia da ONU e aprovaram a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, considerando-os coletivamente, transcendendo os direitos individuais. Esse ordenamento reflete um conjunto de reivindicações dos povos indígenas acerca da melhoria de suas relações com os Estados, servindo para estabelecer os parâmetros mínimos para outros normativos, e contém princípios como o da proibição de discriminação, igualdade e autodeterminação.

Apesar do Movimento das Mulheres Indígenas vir reivindicando políticas públicas para proteção e respeito aos seus direitos desde a primeira legislação nacional, a mulher indígena ainda sofre com a falta de visibilidade. Isso demonstra que os normativos internacionais e nacionais ainda têm que avançar muito e incluir a clivagem de gênero. Destaca-se que nenhuma das Constituições Brasileiras enunciou as mulheres indígenas

No Estatuto do Índio, as mulheres indígenas só aparecem em um momento, no art.54, parágrafo único, que destaca a proteção à saúde na maternidade, com especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse fim destinados, desta forma despreocupando-se com a cultura dessas mulheres, que têm especificidades, inclusive no momento do parto, diferentes da população em geral.

A Convenção 169 aborda as mulheres indígenas em apenas um artigo, o art. 20, 3.D, que trata de igualdade de oportunidades e direitos trabalhistas, incluindo proteção contra assédio sexual. Em geral, os protocolos de Consulta não abarcaram as peculiaridades das mulheres, e por isso seria necessário incluí-las nos protocolos existentes ou confeccionar protocolos específicos, pois as necessidades

das mulheres indígenas diferem bastante das dos homens.

A Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas contém 46 artigos, dentre os quais apenas dois (arts. 21 e 22) abordam as mulheres entre as demais diversidades, como crianças, idosos, etc. Não existe um artigo específico de gênero.

As mulheres indígenas apenas aparecem na Declaração e Plataforma de Pequim, sendo observado o valor e reconhecimento cada vez maior dos seus interesses e preocupações, além das barreiras que enfrentam tanto por sua condição, quanto por serem membros de comunidades indígenas.

Dentre os objetivos da Declaração está previsto a necessidade de adotar medidas especiais para promover e fortalecer políticas e programas para as mulheres indígenas, que permitam sua participação plena e que respeitem sua diversidade cultural, de maneira que tenham oportunidades e possibilidades de opção nos processos de desenvolvimento. Tudo isso a fim de erradicar a pobreza que as afeta e intensificar os esforços para que sejam assegurados o gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais às mulheres e às meninas, que encontram os mais variados obstáculos, por consequência de fatores como raça, idade, idioma, etnia, cultura, religião, deficiência física ou simplesmente por serem indígenas,

4. MULHERES À FRENTE

Lançada em abril de 2019, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas é uma associação suprapartidária composta por 219 deputados federais e 29 senadores da República, e tem como coordenadora a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR). Com o objetivo de propor ações e políticas em prol da população indígena, o colegiado atende a uma demanda antiga: a questão da visibilidade da agenda indígena.

Na contramão dos retrocessos ambientais, a Frente formada por requerimento da deputada Joenia deve trabalhar para reduzir os ataques às comunidades indígenas no Brasil, inclusive no tocante ao avanço de empresas de mineração sobre territórios tradicionais sem consulta prévia a essas populações. Com o objetivo de defender os direitos indígenas garantidos na Constituição Federal de 1988, bem como de aprimorar a legislação e políticas públicas orientadas para os povos indígenas, a Frente será um importante instrumento de resguardo aos interesses dos povos tradicionais brasileiros no direito indígena.

A consulta prévia é um mecanismo de participação popular e merece atenção especial, principalmente por ser uma das ferramentas mais importantes de acesso à formulação de políticas públicas. Via de regra, os procedimentos que regem a forma pela qual se materializa a consulta prévia precisam ser implementados de tal maneira que possam refletir o exercício da cidadania, em especial por parte dos povos direta e indiretamente afetados por empreendimentos de grande vulto que envolvam impactos

incidentes sobre a economia, cultura, meio ambiente e sustentabilidade e espírito das comunidades indígenas.

Atualmente, conforme observado em entrevistas e consultas às lideranças indígenas brasileiras, faltam regras ou orientações claras sobre o procedimento de consulta prévia aos povos indígenas. Como resultado, muitos processos de consulta feitos são mera formalidade, sem o devido esclarecimento e respeito às formas de organização, linguagem e tempo de maturação das comunidades indígenas. Isso traz como consequência a violação dos direitos humanos e o aumento das várias formas de violência contra os povos indígenas.

Durante muitos anos, a presença da mulher indígena na vida política e social brasileira foi invisibilizada. Seja como sujeito da história ou como parte integrante da sociedade que produz meios e fins, a mulher indígena é agora protagonista na mudança, capitaneada por novas lideranças.

A abertura desse canal de comunicação é um verdadeiro avanço na conquista de direitos e garantias fundamentais para a população indígena. Significa também dizer que, pela primeira vez, as mulheres indígenas estão escrevendo sua própria história, deixando suas marcas e semeando o futuro dos povos que representam.

Fruto de um conhecimento historicamente fragmentado, a luta indígena pode ser retratada como a luta pela identidade, pelo reconhecimento e resistência cultural, especialmente na defesa de seus direitos. Sob uma perspectiva de integração nacional, os povos indígenas acabam sendo assimilados e incorporados à cultura dominante. Essa visão contribuiu para o enfraquecimento dos povos tradicionais, relegando-os à margem da história, como coadjuvantes na complexa dinâmica de um crescimento econômico sem raízes, sem territórios e territorialidades.

5. PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DA MULHER INDÍGENA NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Um dos pilares da democracia é a participação popular, que se materializa na expressão do voto, na forma de capacidade eleitoral ativa e passiva, e em demais instrumentos, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Há ainda outras experiências mais complexas, como é o caso do orçamento participativo e das emendas participativas, onde há controle social sobre as políticas públicas. Também existem os conselhos, as assembleias, as audiências públicas, as consultas públicas, etc. Tudo isso sem contar o avanço no sentido de um governo aberto e digital, onde a transparência e o acesso à informação garantem que a população tenha a oportunidade de expor suas necessidades e ao mesmo tempo cobrar os governos (ampliando a accountability no setor público). Em suma, existe todo um aparato institucional no qual residem esses instrumentos. Ainda assim, mesmo diante de todas essas possibilidades, como é possível, no século XXI, existirem parcelas da população que se sentem sub-representadas?

Na esfera política, o ano de 2018 trouxe avanços

e mudanças. Pela primeira vez na história, foi eleita uma deputada federal indígena no Brasil. Com um mandato compartilhado, ou seja, dividindo espaço com outras lideranças femininas, a deputada Joênia Wapichana encampa na Câmara a luta pelos direitos coletivos indígenas.

A deputada federal recebeu 8.491 votos e foi eleita pelo estado de Roraima. Pioneira, Joênia também foi a primeira mulher indígena a se formar em direito no Brasil. Sua trajetória acadêmica de sucesso só ajuda a compor o pano de fundo de uma personagem histórica que se desenha nos quadros da política brasileira.

Outras bandeiras defendidas pela deputada Joênia contemplam a defesa pela conclusão da regularização fundiária das terras e o combate às propostas “anti-indígenas”, garantindo assim que seja realizada a consulta dos povos indígenas nos projetos de lei que tramitam na Câmara. Outra pauta da deputada diz respeito ao sistema de educação escolar indígena, que é considerado bastante carente. Além disso, mas ainda no plano das políticas públicas – que trataremos melhor mais adiante – a deputada tem como pauta a capacitação de profissionais para a área de saúde indígena. Outro tema relevante e primordial que será tratado pela deputada é a questão da sustentabilidade, ou seja, novas medidas de solução energética na Amazônia, buscando fontes de energia limpa e renovável.

Nesse sentido, e conforme observado anteriormente, a Convenção n.169 reforçou a liberdade dos povos indígenas, especialmente em função da autodeterminação dos povos, e trouxe visibilidade àqueles que por séculos foram marginalizados ou excluídos das discussões que envolviam seus interesses.

Outra atuação de destaque na política é a liderança indígena de Nara Baré, a primeira mulher a assumir a liderança da Coordenação Executiva das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a maior organização indígena do Brasil, criada há 28 anos. A Coiab foi criada em 1989, por iniciativa de lideranças de organizações indígenas, com a missão de defender os direitos dos povos indígenas e sua autonomia e fortalecimento.

Nara Baré construiu sua história dentro do movimento indígena. Atuante e dedicada à causa, a ativista se destacou por ser considerada uma inspiração para outras mulheres. Uma das metas de sua gestão na Coiab é ressignificar o papel de liderança desempenhado pela mulher indígena em todos os cantos do país e dar visibilidade a quem por natureza já nasce forte.

Todavia, não é sempre que as mulheres assumem postos de liderança e protagonismo na agenda política e governamental brasileira. A longa trajetória de luta e resistência, o patrimonialismo e demais entraves sociais impostos por uma cultura patriarcal ditam as regras, ou melhor, condicionam o acesso aos espaços de poder, de deliberação e definição dos rumos do país.

No campo das políticas públicas, longe de esgotar a discussão sobre os aspectos ligados à representatividade da mulher indígena em cada área/setor, o que vale, neste

momento, é trazer o argumento de que hoje, no Brasil, a população indígena, e principalmente a mulher indígena, não é contemplada por políticas eficazes. Tampouco tem seus interesses resguardados no universo constitucional de forma clara e objetiva. Faltam espaços, mas sobram lacunas que não são preenchidas.

O desenho federativo brasileiro propicia a existência de políticas setoriais uniformizantes, como a saúde e a educação, cujos repasses de recursos são condicionados ao retorno social (e porque não dizer institucional) do investimento. Por outro lado, não consegue definir e menos ainda traduzir em políticas as necessidades dos povos tradicionais. A solução é criar planos, projetos e programas federais, esperando a adesão dos estados e municípios.

No primeiro semestre de 2019 o Ministério da Educação (MEC) promoveu a 1ª audiência pública para elaboração do 1º Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI). A expectativa é de garantir uma educação igualitária a todas as comunidades indígenas.

Logo, o que se percebe é o avanço lento e gradual, seguido por períodos de estagnação, na construção de políticas educacionais direcionadas à população indígena, mesmo tendo a Constituição Federal assegurado o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilingue em 1988.

6. VOZ E OPINIÃO DAS MULHERES INDÍGENAS SOBRE A ATUALIDADE

O objetivo principal deste trabalho foi ouvir e dar voz às mulheres indígenas, destacando suas opiniões sobre a atualidade, os desafios e as estratégias do movimento indígena e das mulheres indígenas em especial. A escolha das mulheres ouvidas e consultadas seguiu dois caminhos. Primeiramente, buscamos as mulheres indígenas de destaque nacional, que têm sido a voz e imagem do movimento indígena na sociedade brasileira e internacional: Joênia Wapichana, Sônia Guajajara, Nara Baré, Eliane Potiguara, Célia Xakriaba, Daiara Tukano e Yawalapiti Watatakalu.

Iniciamos contatando o Gabinete da Deputada Federal Joênia Wapichana, e num primeiro momento a proposta do nosso trabalho foi bem acolhida. Entrevistamos então sua assessora, que indicou como tema de interesse a Convenção 169 da OIT e instrumentos para garantir o direito à consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas. Uma agenda que estaria na pauta de discussão internacional da Frente Parlamentar Indígena da América Latina.

A partir dessa orientação, fizemos uma revisão bibliográfica dos marcos regulatórios, dos protocolos de consulta e de uma série de bibliografias que discutem esse tema. Elaboramos um roteiro de consulta (Anexo 1), dividido em duas sessões. A primeira discutindo a opinião das mulheres indígenas sobre questões centrais a serem contempladas em um processo de consulta, livre, prévia e informada, e a segunda direcionada ao Objetivo

do Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) das Nações Unidas, que visa a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento da mulher, bem como seu instrumento de implementação, a Plataforma de Ação de Pequim e seus objetivos estratégicos.

As tratativas com o gabinete para aprofundar o primeiro tema não avançaram, então resolvemos focar na segunda parte, embora tenhamos algumas contribuições quanto a recomendações sobre uma possível regulamentação desta matéria.

Após inúmeras tentativas de contato com as lideranças mencionadas, conseguimos entrevistar Nara Baré, Coordenadora Executiva da Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). As demais lideranças indígenas estavam, no momento da escrita deste projeto, em viagem à Europa, em uma caravana de mobilização internacional pela garantia dos direitos dos povos indígenas, destacando o papel e a importância dos povos indígenas e seus territórios nos esforços mundiais de combate às mudanças climáticas.

Como segunda estratégia, buscamos lideranças indígenas com destaque na região amazônica, nos estados do Amapá, Acre e Rondônia, área de atuação de uma das autoras. Tivemos de superar as barreiras de comunicação existentes na região, diferença de fuso de três horas, visto que essas mulheres se encontram em áreas remotas, nos municípios fronteiriços do Oiapoque (AP), Feijó e Tarauacá (AC) e Cacoal (RO), com internet limitada. Dessa forma, duas entrevistas foram realizadas presencialmente no Amapá, e todas as demais com o uso do aplicativo Whatsapp, por meio de mensagens escritas, áudios e chamadas de vídeo.

Objetivando manter nosso compromisso de dar voz e visibilidade às mulheres indígenas, apresentamos neste trabalho a transcrição literal das dez entrevistas realizadas (Anexo 2) para não correr o risco de tomar o lugar de fala dessas mulheres ou mesmo de fazer interpretações equivocadas sobre suas visões e opiniões.

As entrevistas transcritas foram validadas e recebemos autorização para publicá-las. Uma síntese dos pontos de destaque abordados nas entrevistas é apresentada na Tabela 1.

Nome	Etnia	UF	Org.	Convenção 169	Plano de Ação de Pequim	Prioridade	Dificuldades/Estratégias	Mensagem final
Nara Baré	Baré	AM	Coiab	Nós somos as mais impactadas. Precisa ter movimento específico só com as mulheres, e que isso fique claro nos protocolos. Também a situação dos povos em isolamento voluntário.	As mulheres indígenas continuam invisibilizadas. Quando olhamos os números, as mulheres indígenas não aparecem.	Demarcação, Autonomia e Governança do Território Território, nosso corpo, nosso espírito	O governo federal não tem diálogo e respeito pelos povos indígenas. É um governo ditador. Nossa estratégia neste momento é a mobilização nacional e internacional como forma de pressionar o governo e influenciar a sociedade quanto ao agravamento da violação aos direitos humanos universais e aos direitos reconhecidos na Constituição Brasileira.	Nós somos um povo mega diverso, mas um só povo. É momento de deixar as diferenças de lado e nos unirmos como seres humanos, pelo bem comum.
Eclemlida Macial Silva	Galibi Marworno	AP	SEPI/GEA, CCPIO, APOIANP, COIAB, APIB	As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço e formato próprio para consulta. Reunião direcionada às mulheres.	Não conhece. Mas as mulheres indígenas devem ser incluídas no OE K3 assim como em tantos outros. Deve ser garantida a participação das mulheres.	Educação Ninguém segura mais as mulheres se elas acessarem conhecimentos	Questões culturais, machismo, não tem a liberdade de participar dos eventos, dos estudos. Conscientização dos homens e da comunidade como um todo sobre a importância da participação da mulher.	As organizações, como Columbia deveriam implementar política de gênero direcionada às mulheres indígenas.
Luene Karipuna	Karipuna	AP	Apoiam, Organização Indígena da Juventude do Oiapoque	As mulheres têm outras visões, no Protocolo de Consulta dos Povos do Oiapoque não houve espaço direcionado para as mulheres, seria interessante se tivesse.	Não conhece. Importante que as mulheres indígenas sejam informadas, contempladas e que possam ser ouvidas neste processo.	Educação, para que possamos ocupar todos os espaços, ter oportunidade de trabalho, resolver e participar da resolução dos problemas enfrentados por todos.	A política de educação não atenta para as diferentes línguas. Precisamos de educação diferenciada.	Precisamos dar visibilidade ao nosso movimento, para que as pessoas, entendam as diferenças. Criar laços entre universidade e movimento de mulheres indígenas, para que a nossa voz alcance novos espaços.
Claudia Renata Lod Moraes e Ariana dos Santos	Galibi Karipuna	AP	Associação das Mulheres Indígenas em Movimento - AMIM	As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço/formato próprio de consulta. Com a realização de reuniões e assembleias para esclarecimento, oficinas, promoção de eventos de formação.	Não conhecem esse documento e não podem opinar por isso.	Política para a saúde da mulher indígena, considerando os diferentes costumes, por exemplo, a forma do parto. A forma de tratar as doenças. Medo de parir no hospital, medo da cesariana, que é a principal recomendação dos médicos do SUS.	Não existem mais parteiras tradicionais. Ter filho no hospital é algo ruim, pois tira a possibilidade dos costumes, rezas, remédios caseiros, presença da família no momento do parto. Estratégia de resgatar o trabalho das parteiras, das plantas medicinais, promover o conhecimento tradicional, troca de saberes, de receitas, contação de histórias.	O Oiapoque, assim como outras regiões, é isolada, então estamos sempre buscando parceiros para novos projetos e políticas, direcionadas às mulheres.

Laura Yawanawa	Yawanawa	AC				Assegurar a demarcação das terras que faltam, homologar as que precisam e proteger as que já estão demarcadas. A terra é a identidade de um povo indígena, para a mulher indígena a terra representa o futuro das novas gerações porque nela a mulher tira o alimento, o conhecimento das plantas medicinais, e a conexão com a mãe terra ... o espírito feminino...	A outra prioridade é a saúde da mulher indígena, precisamos de um programa diferenciado de saúde que cheguei nas aldeias, um programa holístico que respeite as tradições e valores. Criar programas econômicos diferenciadas para as mulheres indígenas que as incentivem criar fontes econômicas valorizando a sua arte, sua cultura, sua floresta como o artesanato por exemplo	A mulher indígena é um ser político na aldeia e infelizmente pouco reconhecida e valorizada e que necessita ser respeitada e ouvida por todos... como diria um Cacique Xingu, a palavra da mulher é forte como a terra.
Simone Karipuna	Karipuna	AP	APOIANP, COIAB	A equidade de participação não é uma realidade hoje. Por isso é necessário reuniões só com as mulheres para se ter a oportunidade de ouvir, entender, falar e opinar. Recebemos a carga maior de impacto por sermos o centro da família.	Não conhece. Mas, se trata de território e meio ambiente está se falando de mãe, e neste sentido precisamos buscar participação das mulheres indígenas	Defesa do território, quando temos garantido o território as demais políticas a gente busca, sem território não há garantia alguma. Demarcação para os povos que ainda não tem seus territórios demarcados, garantia dos territórios já demarcados.	Falta a implementação das leis existentes (Constituição Federal) Como estratégia, buscamos a unidade dos povos indígenas em um movimento de resistência, junto com parceiros, que são muito importantes.	Sugiro ao Columbia Center a realização de um seminário nacional, para dar mais visibilidade, para incentivar outras mulheres, para dar visibilidade ao protagonismo indígena.
Edna Shanenawa	Shanenawa	AC		Nós somos as verdadeiras guardiãs da floresta, por isso temos que ser consultadas e informadas. As consultas devem ser feitas através de reuniões só com as mulheres, também com processos de formação.	A ONU Mulher é muito importante, só que as informações importantes não chegam até a base, até as mulheres indígenas da aldeia. É preciso que seja garantida a participação e recurso para a participação	Política afirmativa de gênero, como estratégia para empoderar as mulheres indígenas. Que seja garantida sempre a presença de mulheres indígenas nas reuniões, nos processos de tomada de decisão.	Ainda existem mulheres indígenas que são tuteladas pelos homens. Por isso a importância de capacitação/formação, para conhecerem seus direitos. Quais são as leis? Onde buscar informação?	Nós temos que ajudar umas às outras. Nós temos o conhecimento da floresta, da tradição, podemos trocar conhecimentos com <u>VCs</u> , mulheres não indígenas. É preciso garantir a participação das mulheres indígenas em todos os espaços públicos.
Maria Leonice Tupari	Tupari	RO	Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia - AGIR	Precisamos conhecer melhor a Convenção 169 da OIT, muitas ouvem falar, mas não entendem. Queremos ser consultadas.	Não conhece não pode opinar.	Queremos uma política que nos ajude a levar informação sobre os empreendimentos para as mulheres indígenas, muitas não têm o conhecimento.	Os homens estão decidindo sobre questões no território, nós queremos fazer parte do processo de decisão. Precisa ser trabalhado com oficinas, treinamentos, mostrar de uma forma mais ampla o que será daqui para frente.	Não queremos uma política que nos isole, queremos que os homens entendam que nossa participação é importante. Não queremos andar sozinha e nem passa na frente e nem fica atrás queremos andar lado a lado com os homens pois somos um coletivo.
Edna Yawanawa	Yawanawa	AC	CAYRG	A mulher indígena é impactada quando ela fica fora dessas questões, quando não se dá a oportunidade de <u>ela</u> falar, <u>ela</u> expressar seus sentimentos, dizer o que está acontecendo. Não é sempre nas reuniões que elas falam e expressam os seus sentimentos. Às vezes são em horários informais de conversa, de café, numa janta, em um almoço.	Infelizmente, muitas vezes, nossos representantes não passam as coisas pra gente, que está na comunidade no cantinho da gente, e não é repassado. Então a gente fica sem saber o que está mudando. Essas coisas (OIT, Plataforma de Pequim/ONU), nunca participei, nunca vi, nunca recebi informação de outras pessoas que vão fazer isso.	A educação e a espiritualidade do povo indígenas. Não é a educação escolar formal, mas a educação tradicional de fortalecer isso dentro da comunidade, pois é a sobrevivência espiritual de um povo, é você falar a língua, dominar a cultura do seu povo.	Porque esse é o papel das mulheres indígenas, é garantir o futuro das gerações. Cada filho que se pari é uma esperança que nasce para que aquele povo não se acabe. Como fortalecer isso? Ouvindo, dando valor as mulheres indígenas, divulgando isso para o Brasil e para o mundo.	A gente não pode ser só alvo de pesquisa e <u>livro</u> ! Hoje o próprio brasileiro não conhece <u>sua história</u> , não conhece a história dos povos indígenas. Ele só conhece a história dos povos indígenas de 1500, de 519 anos atrás, mas hoje, com a realidade de hoje, o que está acontecendo, ninguém conhece. As escolas não conhecem, as pessoas não conhecem.
Francisca Arara	Arara	AC	IMC, AMAAIAC	Nós, mulheres indígenas, não discutimos a política de forma separada. Mas, tem que ter um olhar específico, consultando as mulheres, para ver se elas querem.	Não comentou	A questão da saúde específica para as mulheres indígenas, por conta de alimentação e algumas mudanças, está chegando muito câncer no colo do útero, e outras doenças que antes nosso povo não tinha.	Então tem que ter um trabalho diferenciado na saúde indígena para atender essas mulheres que hoje, porque tem muitas mulheres tradicionais nas aldeias que elas não contam os problemas para os homens. Que sejam mulheres para atender e conversar com essas mulheres indígenas tradicionais porque elas não contam seus problemas para os homens (médicos homens).	É muito importante divulgar a importância que os povos indígenas têm para o equilíbrio do clima, para que as políticas públicas venham respeitar os direitos dos povos indígenas, os direitos de gênero, dos jovens, dos pajés, então esse trabalho é muito importante para divulgar o papel e o valor que tem as mulheres indígenas e que nós estamos ocupando espaços.

Objetivando manter nosso compromisso de dar voz e visibilidade às mulheres indígenas, apresentamos neste trabalho a transcrição literal das dez entrevistas realizadas (Anexo 2) para não correr o risco de tomar o lugar de fala dessas mulheres ou mesmo de fazer interpretações equivocadas sobre suas visões e opiniões.

As entrevistas transcritas foram validadas e recebemos autorização para publicá-las. Uma síntese dos pontos de destaque abordados nas entrevistas é apresentada na Tabela 1

Tabela 1: Destaques das entrevistas segundo as autoras

Quando falamos sobre a Convenção 169, falamos sobre a necessidade de as mulheres indígenas terem um processo próprio de consulta livre, prévia e informada. Para a grande maioria, há sim a necessidade de realização de reuniões e/ou assembleias somente com as mulheres. Assim, todas terão oportunidade de falar sua opinião e sentimento sobre o assunto tratado.

É consenso que as mulheres são sempre mais afetadas com os grandes empreendimentos e projetos, por terem o papel de cuidar da família, por estarem mais próximas da educação das filhas e filhos, e mais presentes no dia a dia nas comunidades. E por essa razão têm visões diferentes, que muitas vezes não são levadas em consideração. Algumas das entrevistadas afirmam que isso ocorre em decorrência do machismo cultural ou patriarcado, outras entendem que decorre do fato de que muitas mulheres não têm o costume de se expressar e trocar informações em eventos públicos, mas em atividades informais, como no roçado, na cozinha, e durante outras atividades de rotina, que dentro da comunidade são feitas coletivamente. Também há um consenso sobre a necessidade de processos de formação. Reuniões de consulta não são suficientes para que as mulheres possam estar preparadas para o processo de tomada de decisão.

As mulheres indígenas querem ser consultadas. Em Rondônia, o que está acontecendo é que os homens estão decidindo sobre questões no território. Madeira, garimpo, etc. Nós queremos sim fazer parte do processo de decisão sobre o que acontece no nosso território. Não queremos andar sozinhas e nem passar na frente e nem ficar atrás, queremos andar lado a lado com os homens pois somos um coletivo. Leonice Tupari (RO).

As três questões consideradas prioritárias nas narrativas das mulheres entrevistadas foram a demarcação e defesa dos territórios indígenas, educação formal e tradicional, e a saúde da mulher indígena. Esses temas também estão destacados no documento “Voz das Mulheres Indígenas” (2017) publicado pela ONU Mulher e no Documento Final da Primeira Marcha das Mulheres Indígenas.

A demarcação de terras indígenas e a defesa dos territórios já demarcados são, na atualidade e desde os

tempos do Brasil colônia, as questões centrais do movimento indígena brasileiro. E não é diferente para o movimento de mulheres indígenas, que teve como slogan da Primeira Marcha das Mulheres Indígenas realizada este ano o lema “Território nosso corpo, nosso espírito”. Porém, o debate sobre este assunto ganhou escala e magnitude desde a campanha eleitoral de 2018 para a Presidência da República, quando o então candidato e agora Presidente, Jair Messias Bolsonaro, coloca como uma de suas promessas de campanha a suspensão de todos os processos de demarcação de novos territórios indígenas, e a possível revisão de territórios já demarcados, além da proposta de regulamentação da concessão de terras e exploração mineral dentro de Terras Indígenas. Após a sua posse, os conflitos e invasões se acirraram, e as consequências deste discurso político estão sendo sentidas em todos os territórios indígenas do Brasil.

“Território não é só terra, é o meio ambiente, somos nós! Nós não somos guardiões da floresta, nós somos a floresta!” Nara Baré (AM)

“A terra é a identidade de um povo indígena, para a mulher indígena a terra representa o futuro das novas gerações” Laura Yawanawa (AC)

“Quando temos garantido o território as demais políticas a gente busca, sem território não há garantia alguma.” Simone Karipuna (AP)

A educação também aparece de forma muito forte no discurso dessas mulheres, como principal instrumento para o empoderamento e emancipação. É uma forma da mulher indígena estar informada e preparada para ocupar todos os espaços, lado a lado com as lideranças masculinas, e também para aquelas que estão nas aldeias. Há a necessidade de levar informação e formação, para que tenham acesso aos mercados, acesso a informações sobre direitos e deveres (Lei Maria da Penha, por exemplo). Educação tradicional para que seu modo de vida seja valorizado, assim como seu papel na transmissão do conhecimento e cultura para as novas gerações. Esse ponto em especial, está previsto entre os objetivos estratégicos e ações do Plano de Ação de Pequim (Box 1).

A política prioritária para mulheres indígenas na atualidade é a educação, pois a partir da educação se abrem as oportunidades para outros temas. Ela estará empoderada para atuar em diversas frentes junto aos homens. Ninguém segura mais as mulheres se elas acessarem os conhecimentos! Ecleimilda Macial Silva

Somos poucas as mulheres que participam e entendem. Ainda existem mulheres indígenas que são tuteladas pelos homens. Por isso a importância de capacitação/formação, para conhecerem seus direitos. Quais são as leis? Onde buscar informação? Edna Shanenawa

O modo como estudamos, a política de educação não atenta para as diferentes línguas. É preciso a construção de um novo processo de uma educação mais inclusiva, para as mulheres indígenas. Falar sobre a realidade de cada povo. Luene Karipuna

Porque esse é o papel das mulheres indígenas, é garantir o futuro das gerações. Cada filho que se pari é uma esperança que nasce para que aquele povo não se acabe. Como fortalecer isso? Ouvindo, dando valor as mulheres indígenas, divulgando isso para o Brasil e para o mundo. Edna Yawanawá

A saúde da mulher indígena é um assunto considerado “complicado”. O Sistema Único de Saúde (SUS) não tem políticas que reconheçam e respeitem os costumes e conhecimentos tradicionais de cada povo. A medicina tradicional indígena, os pajés e as parteiras vêm perdendo espaço frente a massificação do atendimento “universal” de saúde. Essas questões precisam urgentemente ser mais bem discutidas e enfrentadas. Pontos especialmente sensíveis estão relacionados ao tratamento ginecológico e o direito ao parto humanizado, com a presença de parteiras da comunidade.

Então tem que ter um trabalho diferenciado na saúde indígena para atender essas mulheres, porque tem muitas mulheres tradicionais nas aldeias que elas não contam os problemas para os homens (médicos). Francisca Arara

Não existem mais parteiras tradicionais. Ter filho no hospital é algo ruim, pois tira a possibilidades dos costumes, rezas, remédios caseiros, presença da família no momento do parto. Renata Lod e Ariane dos Santos

Finalmente, nossa contribuição para a Plataforma de Ação de Pequim é aconselhar que a ONU Mulher no Brasil continue se esforçando para dar escala às vozes das mulheres indígenas brasileiras. Somente 15 dos 51 objetivos estratégicos fazem referência e enxergam essas mulheres, que precisam ser valorizadas e querem sair da invisibilidade.

Mas a gente vê até hoje que as mulheres indígenas continuam invisibilizadas. Quando olhamos os números, da parte acadêmica e científica, as mulheres indígenas não aparecem. Nós estamos onde, em que porcentagem? Não ter referência da palavra indígena faz diferença, tem que ter. Se não tiver a menção a palavra mulheres indígenas, nós não somos convidadas. Nara Baré

Como diria um Cacique do Xingu, a palavra da mulher é forte como a terra. Eliane Yawanawa.

BOX1: Plataforma de Pequim – Plano de Ação

Objetivo estratégico B.4. Estabelecer sistemas não discriminatórios de educação e treinamento. Medidas a serem tomadas: Reconhecer e apoiar o direito das mulheres e meninas indígenas à educação e promover uma abordagem multicultural da educação que responda às necessidades, aspirações e culturas das mulheres e dos povos indígenas, inclusive por meio do desenvolvimento de programas educacionais, currículos e material didático adequado, na medida do possível nas línguas das populações indígenas e com a participação de mulheres indígenas nesses processos;

Objetivo estratégico C.1. Incentivar o acesso das mulheres ao longo da vida a serviços de saúde e informações adequadas, de baixo custo e de boa qualidade, e serviços relacionados. Medidas a serem tomadas: Garantir acesso total e igual à infraestrutura e serviços de saúde para mulheres indígenas.

Objetivo estratégico C.4. Promover pesquisas e disseminar informações sobre a saúde da mulher. Medidas a serem tomadas: Reconhecer e incentivar a assistência tradicional à saúde, com efeitos benéficos, especialmente os praticados por mulheres indígenas, a fim de preservar e incorporar o valor da assistência tradicional para a saúde na prestação de serviços de saúde e apoiar pesquisas destinadas a alcançar esse objetivo;

7. OS CAMINHOS

Implementação do Projeto Vozes da Terra, que visa fortalecer as vozes das mulheres indígenas, dar visibilidade às suas lutas e criar ferramentas para seu empoderamento e gerar condições de reflexão crítica, de atuação organizada em rede, de incidir sobre as comunidades onde atuam, com o objetivo de multiplicar o conhecimento, ampliar o engajamento e promover a inserção da mulher indígena nas principais discussões e arenas de poder.

Dessa forma, este projeto se propõe a focar na questão de gênero e percorrer sobre as políticas existentes que ajudem a mulher indígena alcançar maior participação e garantia dos seus direitos, a partir da perspectiva das mulheres que integram o movimento indígena no Brasil.

Portanto, conclui-se que o cumprimento das metas

do ODS 5 reduzirá a corrente principal de gênero, promoverá a igualdade e o empoderamento das mulheres indígenas e ajudará a garantir o desenvolvimento de territórios inclusivos e sustentáveis. Para perseguir as metas de desenvolvimento sustentável, o Projeto Vozes da Terra vincula diretamente o ODS 5 aos ODS 3, 4, 7, 13 e 15, e, paralelamente, aos demais Objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf, acesso em

20 de outubro de 2019.

BRASIL, 2009. Ministério da Justiça. Comissão Nacional de Política Indigenista. Estatuto dos Povos Indígenas. Proposta da Comissão Nacional de Política Indigenista.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

DOCUMENTO FINAL Marcha das Mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo, nosso espírito” Brasília – DF, 09 a 14 de agosto 2019 Se fere a nossa existência, seremos resistência.

ONU Mulher. Voz das Mulheres Indígenas. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/mulheres-indigenas/>

PEQUIM. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf. Acesso em 27 de outubro de 2019.

PERU, 2012. Lei do direito à consulta anterior de pessoas indígenas ou originárias reconhecidas na Convenção 169 da organização internacional do trabalho (OIT). Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/protocolos-de-consulta-dos-povos-indigenas>

PUEBLOS INDÍGENAS EN AISLAMIENTO EN LA Amazonía Y GRAN CHACO Informe regional: territorios y desarrollo – IR Informe Regional: Antenor Vaz. Coordinador © Land is Life. Estrategia Regional de Protección para Pueblos Aislados United Nations, 2018. General Assembly. Free, prior and informed consent: a human rights-based approach. Study of the Expert Mechanism on the Rights of Indigenous Peoples. Human Rights Council. Thirty-ninth session 10–28 September 2018.

United Nations, 2007.. United Nations Declaration on The Rights of Indigenous People. Resolution adopted by the General Assembly on 13 September 2007

Protocolo de Consulta Munduruku

Protocolo de Consentimento e Consulta Wajãpi

Protocolo de Consulta dos Povos do Território Indígena do Xingú

Protocolo de Consulta Prévia do Povo Krenak

Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque

Protocolo de Consulta dos Povos Yanomamis e YE'kwana

Relatora Especial das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli Corpuz Declaração de Fim de Missão. 17 de março de 2016. . Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatora-especial-da-onu-sobre-povos-indigenas-divulga-comunicado-final-apos-visita-ao-brasil/>, visualizado em 20 de outubro de 2019.

<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/04/bancada-em-defesa-dos-povos-indigenas-e-lancada-com-248-parlamentares/>

<https://feminismos.ladiaria.com.uy/articulo/2019/6/primer-encuentro-de-parlamentarias-indigenas-de-america-latina-puso-el-foco-en-la-lucha-contras-las-violencias>

<https://catarinas.info/43-mulheres-indigenas-do-brasil-e-da-america-latina-para-se-inspirar/>

ANEXO 1 - ENTREVISTAS

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler

Autorização para gravar: (x)sim () não

Consentimento livre, prévio e informado: (x)sim () não

Data: 22/10/2019

Local: Macapá (AP) / Manaus (AM) – chamada de áudio whatsapp

Nome da entrevistada: Nara Baré

Etnia: Baré

Organização: COIAB

Função: Coordenadora Executiva

Me chamo Nara do povo Baré, nome indígena é Yandara, que significa meio dia quando o sol fica muito mais forte. Nossos nomes são escolhidos pelos nossos pajés e dados pelas nossas mães ainda no ventre, pois eles sonham e veem como que a gente virá a este mundo e o nome que devemos ter. Sou da Terra Indígena do Alto Rio Negro, noroeste do estado do Amazonas, na região conhecida como Cabeça do Cachorro, área de fronteira com a Venezuela, que perpassa toda calha do rio Negro, divisa entre Colômbia, Brasil e Venezuela.

Na minha família, nós somos muitas mulheres, a cada geração tem um homem para 5 ou 6 mulheres, nosso nome Baré quer dizer povo do rio, ligação muito grande com as águas, precisamos do contato com nosso território, nossos rios, com a água que é nossa essência. Nosso conhecimento vem passando de geração por geração, da bisavó para avó, para a mãe e para os filhos. As irmãs da minha mãe são minhas mães, meus primos são meus irmãos. Temos uma ligação muito forte de família, diferente dos não indígenas. Nosso povo foi um dos primeiros contatados. Minha avó dizia que no Rio Negro se investiu muito em educação escolar, que não é a educação da ancestralidade. Desde a época da Constituinte, nós participamos do processo da Constituinte, várias das nossas lideranças participaram e viram a importância da educação para a defesa dos direitos, dos nossos territórios. Eles viram a importância de nós aprendermos não só a falar o português, mas escrever o português e ter acesso a uma educação não indígena para termos um embate igualitário. Então muitos do Rio Negro saíram e foram estudar com apoio das missões Salesianas. Nisso eu fui enviada para Manaus, sem eu querer. Chorei muito, muito difícil encarar a cidade grande, o preconceito, não sabia o que era isso, não falava direito o português correto, foi muito difícil, foi minha primeira barreira. Mas as barreiras precisam ser superadas. Nós, os mais velhos, que somos os primeiros, passamos por isso, para que os outros tenham mais facilidade.

A informação é uma arma fundamental, nossos antepassados guerreavam com arco e flecha, e atualmente guerreamos com caneta e papel, a informação é uma arma fundamental, quem tem informação precisa saber usar ela para o bem, de boa-fé, para lutar pelo direito de todos, do coletivo e não individual.

Vim pra Manaus e fiz Escola Técnica em Administração e logo me associei ao Movimento dos Estudantes Indígenas do Estado do Amazonas (MEIEAM). Ali que eu comecei articular com outros parentes, primeiro para garantir a permanência na escola, na Universidade, diante de todos os desafios, começamos a conectar todos os estudantes indígenas. Passamos pela perda de um estudante indígena do curso de Direito que se suicidou. Começamos nos articular para que ninguém se sentisse só, se sentir uma só família. Foi ali que nós abrimos outros horizontes e começamos a sair da bolha, da proteção familiar, esse mundo desafiador daqui de fora para ter esse enfrentamento coletivo, foi a minha primeira casa na política, eu sozinha, nesse enfrentamento, e foi muito bom, aprendemos muita coisa. Aprendemos que indiferente do povo, as dificuldades são as mesmas.

O MEIEAM, assim como a Associação das Mulheres Indígenas do Rio Negro são organizações de base da Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab. Na época não tinha um espaço muito grande para os jovens estarem colocando seu posicionamento. Em 2013, fui como delegada pelo MEIAM à Assembleia da Coiab em Cuiabá e foi quando passei a fazer parte Coiab, como Coordenadora Tesoureira, dentro de uma dificuldade que a Coiab estava passando, fui uma indicação das mulheres indígenas, foi dito da importância da presença da mulher indígena para superar as dificuldades. Outra questão importante é o papel das crianças, as crianças participam dos espaços de discussão mesmo brincando, elas vão aprendendo, desde pequenas. As mulheres levam os seus filhos e isso é muito importante.

Quando iniciei o trabalho na Coiab em 2013, eu estava com filho de um ano, e não estava esperando essa indicação, fui só ajudar, foi um desafio muito grande para mim. Muitas mulheres me perguntaram, você acha que está preparada? A gente acha que não está preparada. Mas estamos sim. Estamos preparadas desde o ventre. Nós mulheres somos capazes de fazer várias coisas ao mesmo tempo. Cuidar dos filhos, do roçado, da educação dos filhos, dos irmãos caçulas, de casa, do escritório, e com excelência em tudo que a gente for fazer. E naquele momento eu não tinha como dizer não, pois havia mulheres de várias gerações, me pedindo para concorrer e compor a coordenação para que a Coiab não fechasse as portas. Uma responsabilidade muito grande. A primeira coisa que eu pensei foi no meu filho, tive que mandá-lo para São Gabriel da Cachoeira para poder ajudar na logística da Assembleia. Em 2014 eu ia me formar na faculdade, não consegui conciliar a vida acadêmica com a responsabilidade, de vidas que não eram só a minha e do meu povo, mas de toda Amazônia e todo Brasil. Quando coloquei na balança, conversei com meus pais, com meu marido, eu não tive dúvida de que não poderia deixar essa caminhada do movimento indígena, e a conjuntura que só vem piorando. Meu maior ensinamento, minha maior faculdade, ela é o movimento indígena, meus maiores professores são os Caciques, foram as lideranças

tradicionais, tive um amadurecimento como pessoa política, enquanto ser humano, que eu não me arrependo de ter feito esta escolha. Minha missão de vida foi vir para esse lado ativista, por muitos, pelo meu filho, pelos meus netos, que eu quero ser avó! E não me arrependo. É uma opção de vida! Defesa do ser humano, do coletivo. Qualquer coisa que você faça, que é por amor, você é feliz.

A Coiab completou 30 anos, ela foi criada em 1986 e somente em 1996 foi quando a primeira mulher assumiu cargo na coordenação executiva. Mas a Associação das Mulheres Indígenas do Rio Negro é anterior a Coiab. A história começa quando as mulheres indígenas são retiradas de seus territórios pelos militares para virarem empregadas domésticas, e quando elas chegaram a certa idade de não servir mais para o serviço doméstico. Elas foram abandonadas. Algumas foram violentadas pelos seus patrões, muitas não conseguiram estudar, outras casaram, e muitas estavam em Manaus. E como elas iam passar o seu conhecimento cultural para seus filhos? Essa associação serviu como movimento de base de apoio para a formação da Coiab, para as lideranças da Amazônia que lutaram no período da Constituinte, em 1984-85. Então as mulheres sempre serviram de base, sempre deram apoio, suporte, sempre estiveram presentes. A gente só não aparecia, não tinha a voz ecoada. Mas sempre presente nos diálogos internos. Mas passamos por um período, precisamos respeitar o tempo e o espaço das mulheres e do próprio movimento indígena. O tempo da fala, chegou o momento que entendemos que não poderíamos estar só como coadjuvantes. Começamos a ter posicionamentos mais claros, assumindo essa responsabilidade, assumir o comando, junto com os homens, para o bem comum. A participação vem sendo fundamental e cada vez mais forte e constante. Aqui do lado de fora. Em alguns locais ainda é mais restrito, não é só o machismo que impera, acredito que é o respeito, e a outra parte o patriarcado, é preciso que a sociedade ocidental entenda. Esse olhar que não é de submissão, mas de respeito, entre o homem e a mulher. Pelo menos aqui na Amazônia. Sei que existem lugares que há discriminação e violência, mas isso não faz parte de nossa cultura, isso não é cultural! A mulher sempre fez isso, mas de forma mais interna, agora não precisamos mais de intermediadores, hoje nós já falamos por nós mesmas.

Quando falamos de protocolos indígenas por exemplo, é necessário que se deixe claro o que é a visão das mulheres. Nós somos as que somos as mais impactadas, as mulheres, as crianças e os idosos. Precisa ter momento específico só com as mulheres, e que isso fique claro nos protocolos. Para elas se reunirem conversarem, o que é importante, o que estão sentindo. É uma realidade que muitas mulheres não falam na frente dos homens. Então se não houver mecanismo diferenciado, elas não vão participar.

Outra coisa de fundamental importância é mencionar a situação de mais de 100 povos em isolamento voluntário. Na Amazônia temos mais de 113 referências, e que o governo, o estado brasileiro não respeita e não aceita. Esses grandes

empreendimentos (hidrelétricas, rodovias, agronegócio) os afetam diretamente. A necessidade de proteção dos povos em isolamento voluntário. Muitos povos foram retirados de suas terras, foram separados de suas famílias. O Vale do Javari é a região com maior número de referências, mas também no Maranhão e outras regiões.

Sobre a relação do movimento de mulheres indígenas com as Nações Unidas, ela acontece via Enlace Continental das Mulheres Indígenas das Américas. Também por meio do Grupo Vozes das Mulheres Indígenas e União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. Mas a gente vê até hoje que as mulheres indígenas continuam invisibilizadas. Quando olhamos os números, da parte acadêmica e científica, as mulheres indígenas não aparecem, Nós estamos onde, em que porcentagem? Não ter referência da palavra indígena faz diferença, tem que ter. Se não tiver a menção a palavra mulheres indígenas, nós não somos convidadas!

Quando falamos da participação das mulheres indígenas, não temos espaço, é preciso mudar. Por mais que a gente esteja aqui, a própria Joenia Wapichana como primeira mulher indígena Deputada Federal no Brasil, minha participação como única mulher coordenadora geral em toda a bacia amazônica. A gente acaba sendo referência, e esse protagonismo, para estar hoje como coordenadora geral não foi uma disputa com os homens, foram os homens que me colocaram aqui. Pois 80% dos delegados que votam são homens. É importante, nessas ferramentas de medições, é fundamental citar as mulheres.

A política mais importante para os povos indígenas e para as mulheres indígenas é a demarcação dos territórios. Garantindo toda nossa autonomia e governança dos nossos territórios. Sem território não há como falar de cultura, de ancestralidade, de saúde, de educação. Território é tudo! Território não é só terra, é o meio ambiente, somos nós! Nós não somos guardiões da floresta, nós somos a floresta! Território, nosso corpo, nosso espírito. Tema da nossa primeira marcha das mulheres indígenas. Meu nome é Yandara, é o sol, vários povos têm sua cosmovisão, os astros, nossas plantas, pássaros. Você leva na sua espiritualidade o seu território. Nós fazemos parte, nosso território somos nós todos, água, animais, plantas. Muitas pessoas não conseguem entender isso. O território faz parte de nós.

Em setembro de 2018 tivemos a última terra indígena demarcada TI Caxiuiana, no governo Temer, dentro de uma articulação muito grande com o então Ministro da Justiça. E tudo começou numa COP, é muito mais fácil conversar com esse povo lá fora. Foi feito com a ajuda de muitos, a comprovação da importância, relevância e que não havia nenhum conflito.

A partir do processo da campanha política de 2018, que o então candidato Jair Bolsonaro prometeu que não iria demarcar nenhum centímetro de terra indígena, a gente viu que isso começou a se concretizar. Em Mato Grosso do Sul, que tem conflito muito grande, foram os primeiros a levarem bala, de verdade, confronto. Teve no MS, RO e MA. E a gente vê que a partir de janeiro para cá, é o que o atual presidente

vem tentando concretizar, não só legalizar mineração em TI mas a revisão dos territórios já demarcados. Já falou que não vai demarcar nenhuma TI, nenhum território nem Quilombola, nem Unidade de Conservação, “nada que possa atrapalhar”. O que ele prometeu, a gente vê que nossa luta por direito, o nosso embate é muito mais perigoso que nos anos anteriores. Porque com o atual presidente não tem meias palavras, ele é muito direto, não é nada político, não tem um comportamento de Chefe de Estado, ele não mede suas palavras “Não interessa nem índio, nem floresta, nem porra nenhuma. O que importa é o ouro que está lá!” Ele fala de uma forma banal, desrespeitosa, as pessoas estão achando isso comum. Isso não pode ser considerado uma coisa comum!

Então o que a gente vê é que se antes, nos governos anteriores não foi fácil, mas ainda tinha diálogo. Agora não tem diálogo nenhum, e não é só os povos indígenas. Hoje não se tem mais participação popular, todos os conselhos foram extintos. Um governo realmente ditador. Ele dita, e quem não pensa igual é comunista.

Como mensagem final, é importante colocar no espaço da academia e da sociedade civil que não há diferenças. Nós somos povos, mais 305 povos indígenas, e um só povo brasileiro. Conhecer a história do nosso país é muito importante, mas para isso é preciso estar aberto para esse conhecimento e informações que vem aparecendo. Agora, mais do que nunca, é preciso estarmos unidos enquanto povos e como sociedade civil, não são só os povos indígenas que estão sendo violentados, são todos os brasileiros. Com as várias coisas que estão sendo impostas. A própria questão das mudanças climáticas, que o próprio governo diz que não aceita, que não existe. Claro que existe, nós sofremos isso! A Amazônia pegando fogo literalmente por causa do discurso intolerante do nosso Presidente e das leis que estão desmobilizando a parte ambiental. O Brasil só se deu conta quando São Paulo escureceu. A gente não precisa que todos sejam afetados para nos darmos conta da dimensão do impacto do clima. É momento de deixar as diferenças de lado e nos unirmos como seres humanos. Não há soberania nacional no mundo maior do que o direito fundamental à vida! Temos o direito de viver, onde queremos, da forma que queremos, com nossos filhos, nossos pais, para garantir o bem comum. Para as futuras gerações, é o momento de nos desarmarmos como pessoas e nos armarmos como cidadãos para enfrentar esse mal maior que está aí.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para gravar: (x) Sim () Não
Consentimento livre, prévio e informado: (x) Sim () Não
Data: 23/10/2019
Local: Amapá (AP) / Rio Branco (AC) – Envio de áudio Whatsapp
Nome da Entrevistada: Edna Luiza Alves Yawanawa

Etnia: Yawanawa

Terra Indígena: Aldeia Nova Esperança, Terra Indígena do Rio Gregório

Organização: Cooperativa Agroextrativista Yawanawa do Rio Gregório

Função: Cooperada

Meu nome é Edna Luiza Alves Yawanawa, mas no meu idioma é Yaka. Tenho 41 anos sou casada e tenho 5 filhas. Sou licenciada em História pela Ufac, Campus Floresta de Cruzeiro do Sul, sou membra da Cooperativa Agroextrativista Yawanawa do rio Gregorio. Também sou professora em escola pública desde 2006 e lecionei por 3 anos num presídio em Tarauacá.

Sobre a consulta prévia, é importante a participação da mulher indígena em qualquer decisão, o papel da mulher é de suma importância, elas que fazem o trabalho acontecer nas comunidades. Através da mulher indígena, se tem a alimentação segura, educação segura e continuidade das gerações. Consultar uma pessoa é estar preocupado se esta pessoa vai aceitar ou não, se ela vai gostar ou não e se ela vai permitir ou não algum acontecimento, alguma mudança. Quando um governo se preocupa de fazer uma consulta prévia sobre qualquer assunto que diz respeito aos povos indígenas é porque há interesse em saber se vai impactar de forma positiva ou negativa dentro da comunidade, e isso é uma política que deveria ser feita não somente com os povos indígenas mas com todos os povos do Brasil, com os brasileiros. Pois todas as mudanças de política pública na área social, ela diz respeito às nossas vidas, afeta a vida do cidadão. Imagina isso dentro de uma comunidade indígena? Não só mulher indígena, mas todos devem estar cientes sobre o que é uma consulta pública e por que ela acontece. Uma consulta pública prévia significa que vai haver mudança, e nessa mudança está a vida de cada cidadão, de cada pessoa daquela comunidade. Pra gente poder aceitar a gente precisa entender. Se não há diálogo, se não há informação e entendimento, como eu vou participar desta mudança? Não só a mulher indígena, mas até as crianças precisam estar informadas. Por isso quando você pergunta é porque você quer saber, então vai haver uma mudança grande na vida de quem você está consultando, e isso é muito importante.

Nem todas as mulheres indígenas estão fora das discussões. As pessoas que saem e representam as comunidades indígenas, o coletivo do seu povo, eles precisam entender, para passar essas informações para dentro da comunidade. As lideranças saem e voltam e informam ao povo o que está acontecendo fora, um diálogo dentro da comunidade. Tem muitas mulheres e pessoas que não entendem a língua portuguesa, só entendem na língua do seu próprio povo. Outras pessoas entendem um pouco; as reuniões podem acontecer só com as mulheres, a depender do assunto, ou de forma coletiva com todo o povo na língua do povo e português. Claro que se for uma questão de saúde ou artesanato ou alguma coisa de educação com

os filhos, aí sim é feita reunião só com as mulheres. Isso é importante pois quem for falar tem que ter segurança do que está falando, sabendo que isso vai impactar dentro da comunidade. Tem que ter cuidado a pessoa que for falar pois o mundo da comunidade e dos povos indígenas não funciona no mesmo tempo que os povos de fora. Os “nauá”, o povo ocidental, a sociedade de fora, trabalha num ritmo acelerado. O nosso tempo, ele é paulatinamente, ele é lento, funciona do nosso jeito. Então essas informações precisam chegar claras, para não haver confusão na cabeça de ninguém, e numa linguagem que todos possam entender, principalmente as mulheres, pois são elas que repassam as informações para os filhos, para as filhas, é numa roda de conversa entre mulheres, é lavando roupa, fazendo comida, limpando uma casa, indo para o roçado, então o repasse de informações acontece em diversos momentos, não é só no momento de reunião. Pois não é sempre nas reuniões que as mulheres falam e expressam os seus sentimentos. Às vezes são em horários informais de conversa, de café, numa janta, em um almoço.... o repasse de informação é feito dessa forma.

A mulher indígena é impactada quando ela fica fora dessas questões, quando não se dá a oportunidade dela falar, dela expressar seus sentimentos, dizer o que está acontecendo. A mulher é muito detalhista, a mulher indígena tem um sexto sentido mais apurado. E quando as coisas não vão dar certo, a gente sente, a gente precisa dar a nossa opinião, e muitas vezes nós não temos esse espaço. Não só dentro da comunidade, mas fora da comunidade onde nossa voz não é ouvida, onde a mulher indígena não é representada, não tem uma representação forte. O movimento indígena do Acre foi enfraquecido politicamente, a gente perdeu espaço. Pouco a pouco a gente vem lutando para se reafirmar ou pelo menos manter o que já tem vivo, pois a luta continua. Pois enquanto houverem indígenas vivos não podemos desistir das nossas lutas E as mulheres indígenas vem conquistando seu espaço dentro e fora da comunidade indígena. A gente já tem muitas mulheres formada, médicas, advogadas, professoras, pedagogas, historiadoras, com nível superior para fortalecer esta luta. Mas a vida da mulher indígena dentro da comunidade é uma luta grande, não que a mulher indígena se empodera para mandar no homem ou para mandar em alguém, ela se empodera para ela poder dar valor e voz, a gente precisa desse espaço, e nós trabalhamos juntas e nós somos impactadas e desfavorecidas quando nossa voz não é ouvida e a gente é calada para certo assunto. Se você não se empodera daquela informação, você não pode reivindicar porque você não conhece o que está falando. Tem certos assuntos que são tabu, tem certas coisas que os homens não querem que as mulheres façam, então a gente tem quebrado isso pouco a pouco. Ser mulher indígena empoderada não é ser melhor nem maior do que ninguém, é apenas se apossar da informação, apenas se apossar de um espaço que é seu, com respeito, com amor, mas muito forte. Se revestir das coisas que são boas, que te fazem bem e que vão ajudar o seu povo. A gente precisa disso, muitas vezes os homens estão indo em caminhos tortos, e nós mulheres,

precisamos ser a direção, precisamos ser âncoras, alvos, ter objetivos e direcioná-los porque isso é um trabalho coletivo, e não individual. Não são as associações e os grupos que dividem as pessoas na comunidade, o trabalho é coletivo, o trabalho é um só, e a gente precisa trabalhar junto pois individualmente nós somos enfraquecidos. Nenhum governo permanece em pé dividido, ele precisa estar junto e firme, o que ele quer de melhor para o seu povo.

No meu entendimento, o foco principal é a espiritualidade de todas as comunidades indígenas, além do desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade do povo. Hoje o que vejo como foco das comunidades é a educação e a espiritualidade do povo indígena. Não é a educação escolar formal, mas a educação tradicional de fortalecer isso dentro da comunidade, pois é a sobrevivência espiritual de um povo, é você falar a língua, dominar a cultura do seu povo. Ter isso muito vivo dentro da sua comunidade, pois de outra forma, se o povo não tem a língua, não tem a cultura, o que vamos dizer para nossos filhos Para as futuras gerações? Que história que eu vou falar? De quem eu vou falar? Essa política prioritária é a política da sobrevivência dos povos indígenas. Não vivemos só de plantar, ou só de colher, se o povo indígena não estiver bem espiritualmente ele não tem saúde, não tem vida. Quando ele está bem espiritualmente, a natureza está em pé, os rios tem peixe; estamos preocupados com o futuro das gerações.

Então, deveríamos ter uma política focada para a educação tradicional dos povos indígenas, fortalecimento da educação dentro das comunidades indígenas. Como a ONU e as pessoas de fora que estão preocupadas estão vendo isso? Não é só a questão da demarcação da terra, que é sim, uma prioridade. Mas dentro disso, aqueles que já tem a sua terra, que já estão dentro há séculos, e como que está isso espiritualmente falando? De que que ele está vivendo? A identidade de um povo indígena é o seu idioma, é a sua cultura. É o que ele fala, ele come, ele transmite para as gerações dele. Tem muitas coisas que só funcionam dentro da comunidade indígena, e uma é essa. As pessoas não entendem. A língua é a principal identidade dos povos indígenas! Precisamos divulgar isso, participar!

Infelizmente, muitas vezes, nossos representantes não passam as coisas pra gente, que está na comunidade no cantinho da gente, e não é repassado. Então a gente fica sem saber o que está mudando. Essas coisas (OIT, Plataforma de Pequim/ONU), nunca participei, nunca vi, nunca recebi informação de outras pessoas que vão fazer isso. Por isso a gente muitas vezes não sabe responder direito as questões. Nós precisamos passar o que a gente sabe, o que a gente vive aqui no município. Eu moro em Tarauacá na Aldeia Nova Esperança, na TI Rio Gregório.

Esse trabalho pode ajudar de diversas formas, pois vocês são intelectuais, vocês têm o poder nas mãos. Vocês têm o poder da mídia, o poder da informação. Vocês podem ajudar informando sobre os trabalhos das mulheres indígenas, se preocupando em saber o que está acontecendo com as mulheres indígenas no Brasil. O

porque de tanto sofrimento muitas vezes. O porque que o movimento se enfraqueceu aqui no Acre? Por que está desta forma? Criar políticas novas não funciona. As políticas que já foram criadas, é que precisam se desenvolver e acontecer mais, porque não adianta só criar coisas novas, e as que já foram criadas, e a que já existiam? Convidar mulheres que tem nome, convidar as pessoas para participar, para entender, para divulgar. Participar diretamente desses encontros, desses intercâmbios, escutar outras histórias, outras pessoas falarem de outras realidades. Vocês podem fazer isso, promover encontro com as mulheres para trocar ideias, para ouvir. Já pensou um encontro a nível de Brasil, um encontro internacional de mulheres indígenas, já pensou?! Trazer mulheres de todo lugar para discutir saúde, educação, o futuro das gerações dentro das comunidades indígenas. Porque esse é o papel das mulheres indígenas, é garantir o futuro das gerações. Cada filho que se pari é uma esperança que nasce para que aquele povo não se acabe. Como fortalecer isso? Ouvindo, dando valor as mulheres indígenas, divulgando isso para o Brasil e para o mundo. E vocês só vão fazer isso se conhecerem a nossa realidade, ouvir da nossa boca, entender o que a gente quer, qual nosso anseio, nosso desejo. E você vai ver que há um desejo comum de cada mulher indígena, não importa se é do Brasil ou de fora, mas o desejo da mulher indígena é um: fazer permanecer sua raiz, que seus filhos possam saber que um dia teve mulher que lutou para a melhora de seu povo. Então espero que vocês possam divulgar e destacar isso.

A gente não pode ser só alvo de pesquisa e livro! Hoje o próprio brasileiro não conhece a sua história, não conhece a história dos povos indígenas. Ele só conhece a história dos povos indígenas de 1500, de 519 anos atrás, mas hoje, com a realidade de hoje, o que está acontecendo, ninguém conhece. As escolas não conhecem, as pessoas não conhecem.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para gravar: (x) Sim () Não
Consentimento livre, prévio e informado: (x) Sim () Não
Data: 24/10/2019
Local: Macapá (AP)/Rio Branco (AC) - Envio de áudio Whatsapp.
Nome da entrevistada: Francisca Arara
Etnia: Arara
Organização: Instituto de Mudanças Climáticas do Acre - Ima
Função: Chefe de Departamento do Instituto de Mudanças de Climáticas.

Meu nome indígena é Yakashawadawa. Hoje tenho um cargo como Chefe de Departamento do Instituto de Mudanças de Climáticas do IMC, sou ex-assessora política da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIAC.

Sobre a visão do movimento indígena hoje,

nós temos vários espaços que nós mulheres indígenas temos conquistado com muita luta e também com apoio das lideranças, dos homens. Nós, mulheres indígenas, não discutimos a política de forma separada, da luta dos nossos povos. Independente de qual região seja, de qual povo seja, mas a gente discute a questão de mulheres separadas das questões masculinas. Temos as mulheres que estão nas aldeias, que tem o conhecimento tradicional, desde fazer o manejo das plantas, de cuidar das sementes tradicionais, que dão os conselhos as filhas e os filhos, que organiza o casamento, que faz a repartição dos alimentos, que resguarda a língua indígena, que tem um papel muito importante parteiras, conhecem o parto, o pré natal e conhecem a medicina tradicional, que conhece o remédio para ter filho e não ter filho. Então essas mulheres elas são muito empoderadas e elas tem o seu espaço e tem um papel muito importante dentro das comunidades

Essas mulheres que estão na aldeia, elas não podem ser vistas como menos valorizadas do que nós que estamos no mundo da política, que conquistamos nossos espaços, que hoje estamos liderando, estamos na luta, lutando pelos nossos territórios, pelos nossos direitos, para que as políticas públicas sejam cumpridas de fato por parte dos governantes.

Então as mulheres que estão na aldeia têm um papel fundamental, para que nós possamos estar no mundo da política, debatendo essa questão das mudanças do clima, que está ocupando espaços dentro do movimento indígena, dentro dos governos. Temos mulheres indígenas deputadas, mulheres que estão dentro da Funai, nós temos mulheres indígenas despontando nas políticas públicas das mudanças do clima. Mas se a gente não tiver essa raiz e esse olhar da importância que tem nossos territórios, nosso povo, nossa raiz, nossa cultura, nosso conhecimento, se não tivermos essa parceria essa conversa com nossas bases, todo esse o trabalho que estamos fazendo é em vão. Porque nós estamos tirando coisas da nossa própria cabeça, não estamos ouvindo a base, a ponta. Nosso trabalho de mulheres empoderadas hoje, só vai ter resultado, só vai ter impacto e fluir se tivermos esse olhar para o que as mulheres indígenas estão fazendo lá dentro da aldeia

Hoje vemos a grande dificuldade dos poderes públicos de saber lidar com essa especificidade muitas vezes não é dado valor ao trabalho da mulher lá da ponta, da aldeia, o que elas defendem para melhorar a segurança alimentar, para melhorar os artesanatos, buscar mercado para vender a produção. Para ter capacitação de formar e informar, que é muito importante o trabalho desenvolvido dentro das aldeias e comunidades, seus povos. O que a gente vê hoje é a política pública sendo feita de cima para baixo, ou seja, indo do mundo do branco e chegando para as indígenas, querendo fazer com que nossa mulheres desvalorizem seu trabalho, que elas são massacradas, porque cuidam dos filhos, da medicina, e tudo que já foi falado. E isso não é visto como um potencial, mas como se as mulheres indígenas tivessem ser igual as brancas, tem que as brancas, para ser

inteligente, para ter o seu espaço, nem todo mundo vai ser igual! Cada um tem o seu espaço e cada espaço tem o seu valor e merece ser respeitado. Então as políticas públicas têm que olhar a importância do trabalho que que essas mulheres fazem na aldeia, de segurança alimentar, gestão territorial junto com seus esposos e a família, a produção de qualidade, sem veneno, sem envenenar a terra. Uma alimentação saudável, isso precisa ser debatido! Essas políticas precisam chegar na ponta, mas que valorize e leve também novas alternativas, para que elas possam entender a importância do trabalho delas.

Com política ou sem política, as mulheres têm o seu espaço e são muito bem organizadas. A gente fala muito da Lei Maria da Penha, ela precisa chegar para informar mesmo, o que é isso? O que as mulheres brancas penam? Mas não chegar impondo nas aldeias. E os movimentos de mulheres indígenas, que hoje tem muito no Brasil, elas precisam ter esse olhar. Não dá para criticar um trabalho que as mulheres vivem e convivem com ele na aldeia. Tem que ouvir elas, o que elas querem. Não adianta falar por elas. Temos que ouvir as necessidades delas. E hoje a gente vê muitas ideias, até nossas, de mulheres indígenas que estamos trabalhando e ocupando cargos públicos, a gente quer impor nosso próprio pensamento, nossa própria ideia e achando que é o melhor e pode não ser. Pode atrapalhar a vida delas, atrapalhar a vida das jovens, das adolescentes porque a gente quer colocar uma coisa que não é o lugar ideal ou apropriado para alguns tipos de políticas que se aplique dentro das terras indígenas. Esse trabalho pode colaborar muito na divulgação para o mundo e as Universidades de entender que nós mulheres indígenas não somos coitadinhas. Nós temos nosso potencial que merece ser valorizado e respeitado. Que nós precisamos de recursos humanos e financeiros para estar nos capacitando e orientando. Para ser divulgado dentro das Universidades que nós mulheres indígenas podemos contribuir muito para um mundo melhor, porque nós cuidamos do território, da floresta, cuidamos do clima, de manter a floresta em pé, porque ali está a nossa vida. Não cuidamos da floresta só para nossa terra e nosso povo, nós cuidamos da floresta para o mundo, para o planeta, para o clima como um todo. Esse trabalho divulgado na academia é muito importante até mesmo para valorizar a especificidade dos povos que existem no mundo, as culturas, que são várias. Se a universidade tiver esse olhar. Essas pressões internacionais que estamos vivendo hoje no Brasil é muito importante divulgar a importância que os povos indígenas têm para o equilíbrio do clima, para que as políticas públicas venham respeitar os direitos dos povos indígenas, os direitos de gênero, dos jovens, dos pajés, então esse trabalho é muito importante para divulgar o papel e o valor que tem as mulheres indígenas e que nós estamos ocupando espaços importante nas conferências de clima, nas COPs, nas reuniões nacionais, internacionais e locais. Nós estamos ali, lado a lado dos homens, ajudando na construção de políticas públicas melhores que garantam a permanência nos nossos territórios.

Os recursos que chegam para as TIs e povos indígenas como um todo, tem que ter um olhar, uma porcentagem, para o trabalho específico que essas mulheres desenvolvem, mas esse trabalho tem que ser feito consultando as mulheres, para ver se elas querem, através dos protocolos de consulta. No Brasil, nós já temos alguns protocolos de consulta que a Rede de Cooperação Amazônica (RCA) vem fazendo, aqui no Acre nós temos a primeira TI que seus povos construíram sem protocolo que é TI Mamoadate do povo a Manchineri. A OIT (Convenção 169) é muito importante que ela seja levada em conta, porque os protocolos de consulta, eles vão dizer como que os governos municipal, estadual e federal, as instituições não governamentais, vão trabalhar com os indígenas. A importância da consulta livre prévia e informada é muito importante, porque senão você está colocando uma política que você acha que é a melhor, mas como não teve a consulta para ouvir o que é mesmo a real necessidade dessas mulheres e gente pode estar colocando projetos ou apoio que não vai ter muito resultado. Por isso a importância que a consulta seja feita, antes de qualquer coisa, de boa-fé, porque às vezes não é nem de má fé que as coisas acontecem, mas não dá muito certo.

Aqui no Acre nós tivemos diversas oficinas de consulta. Como que ONGs e os povos indígenas devem estar preparados para enfrentar os grandes empreendimentos, até para políticas sociais mesmo, como a saúde, educação. E essas mulheres precisam entender, aprender também, sobre isso, sobre as leis, o que ampara elas. Hoje uma grande necessidade é a questão da saúde específica para as mulheres indígenas, porque tem muitas mulheres tradicionais nas aldeias que elas não contam os problemas para os homens. Então tem que ter um trabalho diferenciado na saúde indígena para atender essas mulheres que hoje, por conta de alimentação e algumas mudanças, está chegando muito câncer de mama, câncer no colo do útero, e outras doenças que antes nosso povo não tinha e hoje está chegando muito forte na vida das mulheres indígenas e precisa ter uma política na saúde definida específica para atender as mulheres indígenas. Que sejam mulheres para atender e conversar com essas mulheres indígenas tradicionais porque elas não contam seus problemas para os homens (médicos homens).

Outra coisa é a capacitação de novas lideranças mulheres, de jovens empoderadas para elas seguirem o nosso papel que estamos fazendo hoje como Nara Baré, Sônia Guajajara, Telma Taripã, Edna Shanenawa, Edna Yawanawa, Neidinha Yawanawa, Eliane Yawanawa, Edileuda Shanenawa, Meire Katukina. Temos muitas mulheres já empoderadas e que a gente precisa estar ajudando mais nossas parentas nas aldeias, a intenção é essa. Que a gente converse com os poderes públicos, com a saúde, com o MMA, MS, MEC, para levar apoio, políticas que venham a fortalecer o nosso povo indígena como um todo, e não só pensando em um povo. Não que a gente queira ser como os brancos, mas que a gente possa ter esse apoio para que os recursos cheguem igual para todos, para as mulheres também. Então essa luta é muito importante.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para Gravar: (X) Sim () Não
Consentimento Livre, Prévio e Informado: (X) Sim () Não
Data: 10/10/2019
Local: Secretaria Extraordinária os Povos Indígenas Do Amapá, Macapá (AP)
Nome da Entrevistada: Eclêmilda Maciel Silva
Etnia: Galibi Marworno
Organização: Governo do Estado do Amapá/ Articulação Indígena dos Povos Galibi Marworno/ Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque/Ccpiop/Apoianp/Coiab/ApiB
Função: Secretária Extraordinária dos Povos Indígenas

As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço e formato próprio para consulta livre, prévia e informado, pois muitas vezes as mulheres não participam dessas reuniões por várias razões. Então é necessário a realização de reuniões só com mulheres.

As mulheres são afetadas de forma diferenciada pelos grandes empreendimentos. Se são mulheres jovens, elas são assediadas, com casos de gravidez precoce, abusos, doenças que são levadas pelos não indígenas. Se são mães, elas sofrem pela questão familiar, preocupação com os filhos que acabam se envolvendo com pessoas de fora da comunidade. Os filhos que acabam deixando a terra indígena, retiradas dali devido a casamentos e vão para outra sociedade. A mulher sofre mais com esses empreendimentos, de uma certa forma ela é sempre mais afetada.

Sobre a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim. A mulher indígena deve estar presente em várias das estratégias incluindo na avaliação dos impactos dos projetos de desenvolvimento e meio ambiente (Estratégia K3). Com mecanismos que possam fortalecer a presença da mulher, garantindo a participação de forma direcionada no contexto de tomada de decisão

Nem sempre as políticas pensadas são feitas com a garantia da participação da mulher. A gente sabe que as populações indígenas também são machistas. Na maioria dos eventos, há pouca e às vezes nenhuma participação feminina. Pois não está se direcionando com pedido para que participem. A marcha das mulheres surgiu, por exemplo, com essa finalidade. No acampamento Terra Livre, por exemplo, tem delegação que não vai mulher, só caciques. Tem que ter mulher jovem, mulher idosa, uma forma de trazer a mulher para esse meio. Tem que ter política afirmativa, para trazer a mulher para participar. Deixar essa visão da mulher só como mãe.

As principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas, além da falta de oportunidade, e a própria questão do preconceito pelo fato de ser mulher, independentemente de ser indígena. Muitas vezes é difícil a mulher assumir posições dentro da comunidade. O preconceito começa dentro da própria aldeia. Fora da aldeia, o preconceito é duplo, por ser mulher e por ser indígena.

A política prioritária para mulheres indígenas na atualidade é a educação, pois a partir da educação se abrem

as oportunidades para outros temas. Ela estará empoderada para atuar em diversas frentes junto aos homens. Ela precisa conhecer os seus direitos, direito ao território, a questão do meio ambiente e todos os demais. Se a gente proporciona os conhecimentos para as mulheres elas estarão prontas para guerrear junto com os homens. Em todas as frentes, mas este é o ponto de partida. Ninguém segura mais as mulheres se elas acessarem os conhecimentos, pois somos mais equilibradas, fazemos as coisas com mais zelo.

É sempre mais complexo para as mulheres terem acesso a educação por questões culturais. As mulheres se casam muito cedo, são mães jovens. A questão do próprio machismo, os maridos não permitem a participação em questões da comunidade, em função das atividades como mulher, como mãe, esposa. “Mulher é para ser mãe, cuidar dos filhos, da roça, da casa”. Não tem a mesma liberdade de participar dos eventos, dos estudos. Nas aldeias não tem secretária/pessoa para ajudar com as crianças.

Como estratégia para ampliar a participação das mulheres indígenas, é importante a conscientização dos homens e da comunidade como um todo, sobre a importância da participação da mulher. Ela não vai deixar de ser mãe, mulher, esposa. Para que não tenha o julgamento da família, que ela está deixando de cumprir com as suas funções, ou querendo ser mais do que os homens. Deve ser um movimento organizado pelas mulheres, por meio da organização de mulheres, envolvendo as escolas, os homens e outras organizações parceiras. Outra questão também muito importante é a saúde da mulher.

A forma como este trabalho pode colaborar com o movimento das mulheres indígenas, propagando o nosso querer com base nas entrevistas, e que possa influenciar Columbia Center a promover a política de gênero, vagas (cotas) que garantam a participação específica para as mulheres indígenas, por exemplo no programa de formação de lideranças de Columbia.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para Gravar: (X) Sim () Não
Consentimento Livre, Prévio e Informado: (X) Sim () Não
Data: 22/10/2019
Local: Macapá (AP) / Feijó (AC) - Envio de Áudio Whatsapp
Nome da Entrevistada: Edna Shanenawa
Etnia: Shanenawa
Organização: N/A
Função: Ex Cacique, Agora na Assessoria Política da Aldeia

Meu nome é Edna Shanenawa, meu nome na língua é Pekāshaya, vivo na aldeia Shane Kaya, na Terra Indígena Katukina Kaxinawa.

Minha aldeia é uma aldeia com maioria de mulheres. Meu pai era cacique e só teve filhas mulheres. Então, na nossa cultura tem que passar de geração para geração, e dessa forma foi uma oportunidade de quebrar esse tabu,

afinal, mulher também é capaz, a gente só necessita de espaço para mostrar nosso trabalho, nossa forma de organizar. Nós somos seis irmãs, eu já fui cacique e agora é uma irmã minha, que inclusive é cacique e pajé, da medicina, da espiritualidade, então ela exerce esses três cargos. Muito importante na nossa aldeia.

Sobre a importância de se garantir a efetiva participação da mulher indígena nos protocolos ou instrumentos de implementação da Convenção 169 da OIT, nós mulheres indígenas somos as verdadeiras guardiãs da floresta. É a mulher que cuida dos filhos e da comunidade toda enquanto os homens saem para caçar e outras atividades. Então a gente deve ser consultada. Quando acontecem as grandes obras e empreendimentos, o primeiro fato que acontece é não ser informado. Pois muitas vezes os homens participam das reuniões e não repassam as informações para as mulheres, para a comunidade. Os impactos são muito grandes, principalmente no governo atual. Mas é bom a gente lembrar de como foi no passado.

- Tempo das Malocas – a vida era boa;
- Tempo das Correrias – invasão das nossas terras, nossos antepassados, muitos foram mortos;
- Tempo dos Patrões, do Cativo – isso a história não mostra, a escravidão indígena, não foram só os negros, os homens tiveram que passar por trabalhos forçados e as mulheres foram usadas, tratadas como animais;
- Tempo da língua não Indígena, do Batismo – tivemos que adotar uma nova língua, novos nomes, outra religião;
- Tempo das Conquistas, das demarcações das nossas Terras, da educação diferenciada, da busca pela autonomia.

Hoje o momento é da dizimação dos povos indígenas, retirando nossos direitos conquistados com muito sangue e suor, com impactos maiores sobre as mulheres indígenas, que cuidam dos seus territórios, que plantam e colhem, que cuidam dos filhos.

As consultas devem ser feitas através de reuniões só com as mulheres, também com processos de formação. Somos poucas as mulheres que participam e entendem. Ainda existem mulheres indígenas que são tuteladas pelos homens. Por isso a importância de capacitação/formação, para conhecerem seus direitos. Quais são as leis? Onde buscar informação?

A ONU Mulher é muito importante, só que as informações importantes não chegam até a base, até as mulheres indígenas da aldeia. Só chegam nas representações que estão fora da aldeia. Tem que buscar as mulheres das aldeias que se expressam melhor, para que participem. Sobre esse processo de revisão da Plataforma de Ação de Pequim, é preciso que seja garantida a participação e recurso para a participação das mulheres indígenas. E que nessa revisão tenha proposta específica para mulheres indígenas, com a realização de seminários.

Os impactos maiores vêm através da alimentação, os produtos que usávamos tradicionalmente que muitas vezes não tem mais. Falta de oportunidade de colocar os artesanatos nas feiras, desenvolver o negócio. O pequeno é esquecido, só há apoio para os grandes. Da mesma forma a criação de novas leis, sem a consulta às populações indígenas, têm trazido grandes impactos.

A política prioritária é a mulher ser ouvida, dar oportunidade para as mulheres indígenas, para estar em todas as áreas. Política afirmativa de gênero, como estratégia para empoderar as mulheres indígenas. Que seja garantida sempre a presença de mulheres indígenas nas reuniões, nos processos de tomada de decisão.

Como os parceiros podem ajudar. Sempre convidar e garantir a participação das mulheres em todos os espaços públicos. Chamar as mulheres para falarem nos espaços públicos, para dar palestras. Não indígenas não falam pelos indígenas. Dar a palavra e a voz para as mulheres indígenas. Nós temos que ajudar umas às outras. Nós temos o conhecimento da floresta, da tradição, podemos trocar conhecimentos com vocês mulheres não indígenas.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para Gravar: (X) Sim () Não
Consentimento Livre, Prévio E Informado: (X) Sim () Não
Data: 10/10/2019
Local: Secretaria de Saúde do Estado do Amapá, Macapá (AP)
Nome da Entrevistada: Simone Vidal da Silva
Etnia: Karipuna
Organização: Coordenadora Executiva da Apoioanp/Região Oiapoque; Representa as Seguintes Organizações: Ccpio, Articulação Dos Povos Indígenas do Rio Oiapoque – Airo; Aica – Assoc Do Povo Karipuna; Aipa – Assoc. Povos Indígenas Pilikur; Amim; Articulação do Povo Indígena Galibi Marworno , Organização Dos Prof Indig do Oiapoque Opimo, Org Indígenas da Juventude Indígena do Oiapoque – Oijo; Cooperativa de Motoristas Automotores de Carro e Frete, Agentes Ambientais Indígenas
Função: Coordenadora Executiva

As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço/formato próprio para consulta prévia? Não há um consenso sobre esse entendimento no movimento de mulheres indígenas como um todo. Prevalece que deve ser promovida a participação das mulheres junto com os homens. E que nos fóruns de decisão maior, que se promova equidade de participação, o que não é uma realidade hoje. Por isso acho importante, principalmente para se ter a oportunidade de ouvir, entender, falar e opinar.

As mulheres são afetadas de forma diferenciada pelos grandes empreendimentos? A mulher indígena recebe uma carga maior de impacto nos grandes empreendimentos, por ser o centro da família, e por isso tem a maneira

tradicional de lidar com isso, quando os empreendimentos mudam essa realidade as mulheres são as mais impactadas. Sobre a plataforma de ação de pequim e seus objetivos estratégicos: Quando falamos de território e meio ambiente, está se falando de terra, está se falando de mãe, e neste sentido precisamos buscar participação das mulheres indígenas, a relevância das mulheres indígenas, garantindo a participação e equidade de gênero em todos os processos e estratégias.

Sobre as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas: a principal dificuldade enfrentada pelas mulheres indígenas é o machismo exposto, a falta de oportunidades, a gravidez precoce.

Sobre a política prioritária para mulheres indígenas: Na atualidade, a defesa do território é nossa principal prioridade. Quando temos garantido o território as demais políticas a gente busca, sem território não há garantia alguma. Demarcação para os povos que ainda não tem seus territórios demarcados, garantia dos territórios já demarcados. Mas para isso falta a implementação das leis existentes (Constituição Federal). Nossa principal estratégia é a união dos povos indígenas e o movimento de resistência, junto com parceiros, que são muito importantes.

De que forma este trabalho pode colaborar com o movimento das mulheres indígenas? Elaborando um material que reflita a realidade, seria importante propor um seminário em nível nacional, para dar mais visibilidade, para incentivar outras mulheres, para dar visibilidade ao protagonismo indígena. Percebo a necessidade de mostrar e apontar novos horizontes, caminhos e espaços de luta para as mulheres indígenas no território do Brasil.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para Gravar: (X) Sim () Não
Consentimento Livre, Prévio e Informado: (X) Sim () Não
Data: 16/10/19
Local: Macapá / Oiapoque – Chamada de Vídeo Whatsapp
Nome da Entrevistada: Luene Anica dos Santos
Etnia: Karipuna
Organização: Apoioanp, Org Ind de Juventude do Oiapoque
Função: Articuladora Local Região do Rio Curipi

Meu nome é Luene Anicá dos Santos, mas gosto que me chamem de Luene Karipuna. Tenho 21 anos, sou solteira, não tenho filhos, sou docente do curso de Licenciatura Intercultural Indígena na Unifap, Campus Binacional de Oiapoque, faço parte da APOIANP- Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará.

As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço/formato próprio para consulta prévia? Seria interessante ter este espaço, as mulheres têm outras visões, tiveram participação na construção do Protocolo de Consulta dos Povos do Oiapoque, mas não houve esse espaço direcionado para as mulheres, seria interessante se tivesse.

Mediado pelas mulheres ou associação de mulheres.

As mulheres são afetadas de forma diferenciada pelos grandes empreendimentos? Principalmente a mulher que já tem família. São afetadas na sua alimentação, com a violência contra a mulher devido a chegada de pessoas estranhas nas comunidades. As mulheres sofrem de forma velada. O transporte, acesso para a cidade, tudo fica mais difícil e ameaçador.

Sobre plataforma de ação de Pequim e seus objetivos estratégicos. Desconhece. Super importante que as mulheres indígenas sejam contempladas e que possam ser ouvidas neste processo.

Quais as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas? O preconceito, a falta de oportunidade e gravidez precoce. Falta de oportunidade para estudar, ter acesso a estudo. O fator financeiro, dificulta acessarem estudos, e a questão da saúde da mulher indígena. Um tema muito complicado para se tratar.

A política prioritária para mulheres indígenas é a educação, para que as mulheres possam ocupar espaço. Para que possam ter oportunidade de trabalho, e estar presentes em todos os setores, e aí sim, poderem resolver e participar da resolução dos problemas enfrentados por todos.

Sobre as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas: A maior dificuldade é a comunicação, a língua. O modo como estudamos, a política de educação não atenta para as diferentes línguas. É preciso a construção de um novo processo de uma educação mais inclusiva, para as mulheres indígenas. Falar sobre a realidade de cada povo. Se houvesse abertura para essa construção de pensamento, nós conseguiríamos solucionar este problema.

A Associação de Mulheres Indígenas em Movimento - AMIM este ano tem desenvolvido oficinas para as mulheres falarem sobre assuntos que são importantes para elas. Esse tem sido espaço importante de educação e troca de saberes, conhecimentos tradicionais, como um processo de levar oportunidade de educação diferenciada.

De que forma este trabalho pode colaborar com o movimento das mulheres indígenas? Visibilidade para nosso movimento, através do trabalho de vocês. Para que as pessoas, entendam as diferenças, a importância das diferenças, criar laços de união entre universidade e movimento de mulheres indígenas, para que a voz das mulheres indígenas alcance novos espaços.

Etnia : Galibi Kali'na, Aldeia Galibi, Ti Galibi.

Organização: Associação Das Mulheres Indígenas em Movimento - Amim

Função: Vice-Presidente e Coordenadora Executiva

Sou Claudia Renata Lod Moraes, tenho 32 anos, sou formada em Licenciatura Intercultural Indígena pela Unifap. Sou Coordenadora Executiva da AMIM e faço parte do Conselho da minha aldeia Galibi. Sou casada com um indígena Karipuna e tenho 3 filhos meninos. Prefiro sempre ser apresentada por Renata Lod. O Lod é o nome do meu clã Kali'na.

Meu nome é Ariana dos Santos, moro junto com meu esposo, mas não sou casada nem no civil nem na igreja, tenho 37 anos, até o presente momento não tenho filhos, sou formada em Ciências Humanas pela Licenciatura Intercultural Indígena na Unifap, participo a AMIM, trabalho no Museu dos Povos Indígenas de Oiapoque Museu- Kuahí. As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço/ formato próprio para consulta prévia? Deve haver reuniões com as mulheres para esclarecimento, por meio de assembleia da associação de mulheres, oficinas, promoção de eventos de formação.

As mulheres são afetadas de forma diferenciada pelos grandes empreendimentos? As mulheres são afetadas de forma diferenciada pelos grandes empreendimentos. Elas sofrem mais, pois são mais ligadas às famílias, por isso são mais afetadas. São as mulheres que ficam em casa, enquanto os maridos e pais saem para resolver as questões. Sobre a plataforma de ação de Pequim e seus objetivos estratégicos. Não conhecem esse documento e não podem opinar por isso.

A principal dificuldade enfrentada pelas mulheres indígenas é o preconceito, o machismo contra a mulher. A gravidez limita a possibilidade da mulher conseguir acessar educação. O preconceito se acentua ainda mais quando se trata de mulheres indígenas.

A política prioritária para mulheres indígenas é a saúde da mulher indígena, considerando os diferentes costumes, por exemplo, a forma do parto. A forma de tratar as doenças.

Sobre as dificuldades e estratégias: Não existem mais parteiras tradicionais. Ter filho no hospital é algo ruim, pois tira a possibilidades dos costumes, rezas, remédios caseiros, presença da família no momento do parto. Estratégia de resgatar o trabalho das parteiras, das plantas medicinais, promover o conhecimento tradicional, troca de saberes, de receitas, contação de histórias. Medo de parir no hospital, medo da cesariana, que é a principal recomendação dos médicos do SUS. Querem o direito a acompanhamento de parteiras, de preferência.

De que forma este trabalho pode colaborar com o movimento das mulheres indígenas? Em especial o apoio a associações de mulheres, apoiando na elaboração e implementação de projetos voltados a saúde da mulher. O Oiapoque, assim como outras regiões, são isoladas, então

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler

Autorização para Gravar: (X) Sim () Não

Consentimento Livre, Prévio E Informado: (X) Sim () Não

Data: 18/10/2019

Local: Macapá/Oiapoque – Chamada de Áudio Whatsapp

Nome da Entrevistada: Ariana dos Santos

Etnia: Karipuna/Aldeia Manga/Ti Uaçá,

Nome da Entrevistada: Claudia Renata Lod Moraes

estamos sempre buscando parceiros para novos projetos e política, direcionadas ao gênero, as mulheres.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para Gravar: (X) Sim () Não
Consentimento Livre, Prévio e Informado: (X) Sim () Não
Data: 22/10/2019
Local: Macapá (AP) / Cacoal (RO) – Envio de Áudio Whatsapp
Nome da Entrevistada: Maria Leonice Tupari
Etnia: Tupari
Organização: Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia - AGIR
Função: Coordenadora Executiva

As mulheres indígenas querem ser consultadas. Em Rondônia, o que está acontecendo é que os homens estão decidindo sobre questões no território. Madeira, garimpo, etc. Nós queremos sim fazer parte do processo de decisão sobre o que acontece no nosso território.

Queremos uma política que nos ajude a levar informação sobre os empreendimentos para as mulheres indígenas, muitas não têm o conhecimento. Precisa ser trabalhado com oficinas, treinamentos, mostrar de uma forma mais ampla o que será daqui para frente. As mulheres, a cada ano, a cada participação nas oficinas, conhecem mais sobre direitos e deveres e começam a querer participar e conhecer mais sobre toda esta política que está aí.

As mulheres indígenas precisam conhecer melhor a Convenção 169 da OIT, muitas ouvem falar, mas não entendem. Acima de tudo precisam ser ouvidas, e isso tem que ser discutido entre homens e mulheres. Não queremos uma política que nos isole. Queremos que os homens entendam que nossa participação é importante. A AGIR tem trabalhado neste sentido, de colocar as mulheres como protagonistas e levar conhecimento para que possamos discutir o que acontecerá com os nossos territórios.

Não queremos andar sozinhas e em passar na frente e nem ficar atrás, queremos andar lado a lado com os homens, pois somos um coletivo.

Nome da Entrevistadora: Ana Euler
Autorização para Gravar: (X) Sim () Não
Data: 22/10/2019
Local: Macapá (AP) / Tarauacá (AC) – Envio de Mensagem de Áudio e Texto
Nome da Entrevistada: Laura Yawanawa
Local: Rio Gregório (Ac)
Etnia: Yawanawá
Organização: N/A
Função: N/A

Sobre a prioridade para as mulheres indígenas hoje em dia, é difícil eleger só uma, porque são muitas às

necessidades. Eu acho que a nível nacional a emergência hoje em dia seria assegurar as terras indígenas no país. Assegurar a demarcação das terras que faltam, homologar as que precisam e proteger as que já estão demarcadas. Porque a terra é a identidade de um povo indígena, para a mulher indígena a terra representa o futuro das novas gerações porque em ela a mulher tira o alimento, o conhecimento das plantas medicinais, e a conexão com a mãe terra ... o espírito feminino...

A outra prioridade é a saúde da mulher indígena, precisamos de um programa diferenciado de saúde que cheguei nas aldeias, um programa holístico que respeite as tradições e valores, que incluía nutricionista, ginecologista etc. Acho que se tem que criar programas que trabalhem mais em profundo a questão da alimentação que seja mais saudável para as mulheres, de aí que se poderia prevenir muitas doenças novas nas aldeias, como diabetes e DST. Infelizmente as últimas de se preocupar de sua própria saúde e a mulher. Porque não tem e não existem condições. Outra prioridade é criar programas econômicos diferenciadas para as mulheres indígenas que as incentivem criar fontes econômicas valorizando a sua arte, sua cultura, sua floresta como o artesanato por exemplo. Elas criando e vendendo seu artesanato faz com que elas se sintam valorizadas dentro das comunidades, empodera, para não depender só do homem, e isso lhes dá mais poder de tomadas de decisão familiar e comunitário.

A mensagem final seria: A mulher indígena é um ser político na aldeia e infelizmente pouco reconhecida e valorizada. E que necessita ser respeitada e ouvida por todos. Como diria um Cacique do Xingu, a palavra da mulher é forte como a terra.

ANEXO 2

Projeto

“Mulheres à frente: caminhos para a visibilidade da agenda indígena no Brasil.”

Mulheres indígenas e o direito à consulta livre, prévia e informada.

Formulário Semi-Aberto para Entrevista

Ana Euler, Ana Faulhaber, Camila Moreira

Contextualização

Este trabalho está vinculado ao Programa Columbia Women's Leadership Network in Brazil, cujo objetivo é desenvolver uma crescente rede de mulheres que contribuirão para a transformação do serviço público no Brasil. O objetivo é promover a afirmação da potência feminina, colocando as participantes no centro das discussões sobre os principais desafios estratégicos da gestão pública hoje.

Ao final do programa, as alunas deverão apresentar um projeto para propor instrumentos que melhorem o

desempenho de um setor/departamento/função na gestão pública. O projeto deverá incluir propostas práticas e de iniciativas transeitoriais que assegurem que as perspectivas de gênero e a atenção à agenda da igualdade de gênero estejam no centro das atividades propostas. O projeto também deve se basear nos temas desenvolvidos ao longo do programa e poderá utilizar exemplos de melhores práticas (formulação e implementação de políticas públicas no setor público).

Nesse sentido, considerando a importância e relevância que a agenda indígena tem no ano de 2019, com a emergência da primeira mulher indígena a alcançar o status de Deputada Federal, pelo estado de Roraima, afiliada à Rede Sustentabilidade. A Dra. Joênia Batista de Carvalho, mais conhecida como Joênia Wapichana devido a sua origem étnica, é uma advogada, sendo a primeira mulher indígena a exercer a profissão no Brasil.

A proposta deste trabalho é resultado de diálogo com o seu Gabinete Parlamentar, onde buscamos contribuir com a agenda do mandato como instrumento de fortalecimento da agenda desta primeira parlamentar indígena em 130 anos de República e 519 anos desde a chegada dos primeiros colonizadores no território habitado por Povos Ameríndigenas, que veio a se tornar República Federativa do Brasil. Também buscamos conectar este trabalho à agenda da ONU Mulheres no Brasil, com olhar para a implementação do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas No 05, de promoção da igualdade de gênero e seu principal instrumento, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, documento orientador da luta mundial contra as restrições e os obstáculos ao empoderamento das mulheres em todo o mundo.

Objetivo da entrevista:

- Colher opiniões e propostas para proposição de um formulário de consulta que possa apoiar a regulamentação nacional da Convenção 169 da OIT promulgada pelo Decreto 5051/2004;

- Compreender a forma como as mulheres indígenas gostariam de ser consultadas, quais são suas principais dificuldades e estratégias para atingir o ODS 5 das Nações Unidas.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome da entrevistadora:

Autorização para gravar: () Sim () Não

Consentimento livre, prévio e informado: () Sim () Não

Data:

Local:

Nome da entrevistada:

Etnia:

Organização:

Função:

1. Conhece a convenção 169 da OIT ?

() Sim, vagamente; () Sim, inteiramente; () Não

2. Você concorda sobre a necessidade de se estabelecer procedimentos claros, por meio da regulamentação do Decreto 5051/2004, para a orientação de governos e demais organizações quanto a forma de proceder a consulta livre, prévia e informada em todos os projetos que afetem diretamente povos e comunidades tradicionais?

() Sim () Não

() Outro/obs _____

3. Sobre o processo de consulta livre, prévia e informada:

3.1. Quem deve iniciar o processo de consulta:

() O governo;

() Governo + empresas;

() Governos + empresas + organizações da sociedade civil

() Outro/obs _____

3.2. A quem deve ser direcionada a consulta:

() Lideranças;

() Associações;

() A toda comunidade afetada;

() Toda comunidade afetada + entorno

() Outro/obs _____

3.3. Onde deve ser feita a consulta:

() Na cidade por haver mais facilidade de acesso e acomodação;

() No território afetado;

() Tanto faz;

() Outro/obs _____

3.4. Quem deve convocar as reuniões de consulta:

() O governo;

() A comunidade;

() O governo em acordo com a comunidade;

() Tanto faz

() Outro/obs _____

3.5. Quem deve acompanhar o processo de consulta:

() FUNAI;

() MPF;

() Defensoria Pública;

() Organizações Não Governamentais;

() Consultores Independentes;

() Outro _____

3.6. Qual o tempo de duração da consulta:

- () 01 Reunião informativa/deliberativa;
() Reunião informativa + reunião deliberativa com tempo máximo de 01 mês para tomada de decisão;
() Quantas reuniões se façam necessárias, não deve haver tempo determinado
() Outro/obs _____

3.7. Como o processo de consulta deve ser viabilizado:

- () Com recurso das comunidades;
() Com recursos do governo;
() Com recursos da comunidade e do governo;
() Com recursos de doação.
() Outro/obs _____

3.8. Como deve ser apresentada a proposta/projeto:

- () Apresentação presencial com palavras simples e de forma clara, até que todas as nossas dúvidas e questionamentos sejam respondidos.;
() Em material impresso em linguagem simples;
() Em formato digital;
() Em formato audiovisual;
() Em material impresso traduzido para a(s) língua(s) dos povos indígenas diretamente impactados.
() Outro/obs _____

3.9. A depender da dimensão do projeto e dos povos e comunidades afetadas, deve ser elaborado plano de consulta:

- () Sim; () Não
() Outro/obs _____

3.10. Quem deve elaborar o plano de consulta:

- () O governo; () a comunidade; () governo + comunidade
() Outro/obs _____

3.11. Como deve ser o processo de negociação e de decisão da comunidade:

- () Somente as lideranças;
() Assembléia geral deliberativa ;
() As lideranças + representantes de governo
() Outro/obs _____

3.12. Os indígenas que vivem fora das aldeias (e da área diretamente impactada pelo projeto) devem ser ouvidos no processo de consulta ?

- () Sim; () não
() Outro/obs _____

3.13. Os indígenas que vivem fora das aldeias (e da área diretamente impactada pelo projeto) devem participar do processo de tomada de decisão ?

- () Sim; () Não
() Outro/obs _____

3.14. Qual deve ser a forma de decisão:

- () Maioria simples;
() Maioria 3/4 dos presentes;
() Por consenso;
() Maioria proporcional aos grupos representativos presentes (homens e mulheres ou grupos étnicos).
() Outro/obs _____

3.15. Em caso de acordo, qual deve ser o instrumento para garantir sua implementação:

- () Ata assinada entre governo e representações das comunidades;
() Gravação em áudio e vídeo do acordo.
() Outro/obs _____

3.16. Qual deve ser o encaminhamento em caso de não se chegar a um acordo:

- () Estender o tempo de negociação;
() Buscar o mpf para mediar a proposta de negociação;
() Judicialização do processo
Alguma outra questão ou sugestão para o processo de consulta? _____

4. Convenção 169 da oit e ods 5 - igualdade de gênero e empoderamento da mulher

4.1. As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço/formato próprio para consulta prévia?

- () Sim; () Não

4.1.1. Em caso positivo, devem ser realizadas reuniões de consulta somente com as mulheres

- () Sim; () não () outra forma de consulta _____

4.2. As mulheres são afetadas de forma diferenciada pelos grandes empreendimentos. () Sim; () Não
Em caso positivo, de que forma?

4.3. Na declaração plataforma de ação de pequim para promoção da igualdade de gênero liderada pela onu mulher. Dos 51 objetivos estratégicos existentes no plano de ação, 15 fazem referência direta às mulheres indígenas. Um em especial nos chamou a atenção por não fazer referência às mulheres indígenas, pela sua relevância no contexto do que conversamos sobre 169.

Objetivo estratégico K3. Estabelecer mecanismos a nível regional, nacional e internacional para avaliar os efeitos das políticas de desenvolvimento e meio ambiente na mulher. No próximo ano este Plano de Ação será revisado. Concorda que este objetivo estratégico deveria endereçar forma diferenciada de avaliação específica para o contexto das mulheres indígenas? Teria alguma recomendação ou proposta para fazer nesse sentido?

4.4. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas?
() Falta de oportunidade; () Preconceito; () Violência; () Gravidez precoce; () Outros

4.5. Qual a política prioritária para mulheres indígenas?

4.6. Quais são as dificuldades e estratégias para alcançá-la?

4.7. De que forma este trabalho pode colaborar com o movimento das mulheres indígenas?

ANEXO 3 - MATERIAIS DE APOIO

ENTENDEMOS QUE UMA CONSULTA É:

Livre: quando não há pressões e quando os membros das comunidades podem falar suas idéias

Prévia: quando o governo não chega com o projeto ou com a decisão tomada

Informada: quando as comunidades entendem bem o que a proposta vai trazer de bom e ruim

de Boa-fé: quando não tenta dividir as comunidades e lideranças e não esconde as coisas negativas que podem vir no futuro

Fonte: Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque (2019)

QUAIS SÃO AS LEIS QUE AMPARAM O DIREITO AO CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO

Constituição Federal de 1988

Artigo 231: O Estado Brasileiro reconhece aos povos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Artigo 232: O Estado Brasileiro reconhece os povos indígenas, suas comunidades e organizações como partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT de 1989

Artigo 6º: Determina que os governos têm o dever de consultar os povos indígenas com boa fé e de maneira apropriada à realidade de cada povo toda vez em que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los. Os governos devem garantir os meios para os povos participarem livremente, de acordo com suas próprias formas de organização, assegurando recursos financeiros para tal.

Decreto Federal nº 5.051 de 19 de abril de 2004

Artigo 1º: O Brasil promulga a Convenção no 169 da OIT e assume o dever de realizar consulta prévia, livre e informada quando propuser medidas que possam afetar os povos indígenas.

Declaração dos Direitos Povos Indígenas da ONU de 2009

Artigo 18: Determina que os povos indígenas têm o direito de decidir sobre questões que afetem seus direitos, vidas e destinos, através de representantes destacados por eles, de acordo com suas próprias formas de tomar decisões.

Artigo 32: Determina que os povos indígenas têm o direito de elaborar e escolher estratégias sobre o uso ou desenvolvimento de sua terra, território e outros recursos. No caso de o governo propor qualquer projeto que afete os povos indígenas, ele deve realizar consulta prévia, com boa fé e de forma livre e informada. Se o projeto for aceito pelos povos afetados, o governo deve garantir a reparação justa e equitativa e adotar medidas adequadas para mitigar suas consequências nocivas em todos os âmbitos.

Fonte: Protocolo de Consulta dos Povos Yanomamis e YE'kwana

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT de 1989

Artigo 6º: Determina que os governos têm o dever de consultar os povos indígenas com boa fé e de maneira apropriada à realidade de cada povo toda vez em que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los. Os governos devem garantir os meios para os povos participarem livremente, de acordo com suas próprias formas de organização, assegurando recursos financeiros para tal.

Decreto Federal nº 5.051 de 19 de abril de 2004

Artigo 1º: O Brasil promulga a Convenção no 169 da OIT e assume o dever de realizar consulta prévia, livre e informada quando propuser medidas que possam afetar os povos indígenas.

Declaração dos Direitos Povos Indígenas da ONU de 2009

Artigo 18: Determina que os povos indígenas têm o direito de decidir sobre questões que afetem seus direitos, vidas e destinos, através de representantes destacados por eles, de acordo com suas próprias formas de tomar decisões.

Artigo 32: Determina que os povos indígenas têm o direito de elaborar e escolher estratégias sobre o uso ou desenvolvimento de sua terra, território e outros recursos. No caso de o governo propor qualquer projeto que afete os povos indígenas, ele deve realizar consulta prévia, com boa fé e de forma livre e informada. Se o projeto for aceito pelos povos afetados, o governo deve garantir a reparação justa e equitativa e adotar medidas adequadas para mitigar suas consequências nocivas em todos os âmbitos.

Fonte: Protocolo de Consulta dos Povos Yanomamis e YE'kwana

5.1. Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2. Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3. Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.4. Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.5. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.6. Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Fonte: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

FONTES CONSULTADAS

Protocolo de Consulta Munduruku

Protocolo de Consentimento e Consulta Wajãpi

Protocolo de Consulta dos Povos do Território Indígena do Xingú

Protocolo de Consulta Juruna (Yudjá) da Terra Indígena Paquçamba da Volta Grande do Rio Xingú

Protocolo de Consulta Prévia do Povo Krenak

Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque

Protocolo de Consulta dos Povos Yanomamis e YE'kwana